



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO EM LITERATURA BRASILEIRA**

**DOS MITOS À PICARESCA: UMA CAMINHADA *RESIDUAL*
PELO *AUTO DA COMPADECIDA*, DE ARIANO SUASSUNA**

RUBENITA ALVES MOREIRA

FORTALEZA – CE

2007

RUBENITA ALVES MOREIRA

**DOS MITOS À PICARESCA: UMA CAMINHADA *RESIDUAL*
PELO AUTO DA COMPADECIDA, DE ARIANO SUASSUNA**

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado em Letras da Universidade
Federal do Ceará como parte dos requisitos
para a obtenção do título de Mestre em
Literatura Brasileira.

Orientador: Professor Doutor Francisco Roberto Silveira de Pontes Medeiros

FORTALEZA – CE

2007

DOS MITOS À PICARESCA: UMA CAMINHADA *RESIDUAL* PELO
AUTO DA COMPADECIDA, DE ARIANO SUASSUNA

RUBENITA ALVES MOREIRA

Aprovada em: 29/ 11/ 2007

Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Francisco Roberto Silveira de Pontes Medeiros
ORIENTADOR – PRESIDENTE DA COMISSÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Profa. Dra. Irenísia Torres de Oliveira
1º EXAMINADOR
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Profa. Dra. Maria do Amparo Tavares Maleval
2º EXAMINADOR
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DEDICATÓRIA

A Ariano Suassuna, pela pessoa carismática que a todos encanta e por suas obras que enriquecem o cenário literário brasileiro e mundial.

A meus pais, Joaquim Alves Moreira (in memoriam) e Davina Moreira Alves, que me orientaram na estrada do saber.

A meus irmãos, Ruth, Renaldo (in memoriam) e Reginaldo, pelo companheirismo de todos os momentos.

A meus sobrinhos Erivaldo, Thiago, Renaldo, Rafael e Amanda, meus filhos do coração.

A meus cunhados Lenilda Rodrigues Moreira e Erivaldo Alves do Nascimento, dois verdadeiros irmãos.

A Graça Girão, minha amiga de sempre.

Às amigas e professoras Maria Inês Pinheiro Cardoso e Maria Isabel Moreno Leal, pelos presentes de livros, cujo rico conteúdo foi utilizado neste trabalho.

À amiga e professora Verónica Barbazán, que sempre me incentivou no aprendizado da Língua Galega, o qual me foi bastante útil no desenvolvimento desta dissertação.

A Deus, cuja Luz me acompanhou em todos os momentos desta caminhada residual.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Roberto Pontes, pela paciência e cordialidade nos momentos da Orientação, pela amizade e confiança, e pela contribuição que traz para o campo teórico da Literatura, com o desenvolvimento de sua Teoria da Residualidade.

À Professora Doutora Irenísia Torres de Oliveira, pelas sugestões apresentadas no momento da Qualificação, que muito me ajudaram.

A todos os professores de Literatura da UFC, que muito contribuíram, com seus ensinamentos, para o meu aprendizado.

*Se estes versos tivessem
Linear cronologia
Mil, novecentos e vinte
e sete iniciaria
A vida de ARIANO
De lá pra cá ano a ano
Na seqüência se veria:*

.....

*ARIANO SUASSUNA
Nasceu príncipe, por razão,
De seu pai ser Presidente
Da Parahyba (nação
Da flor do mandacaru)
Por isso ele nasceu no
Palácio da Redenção.*

.....

*Mas se ARIANO não
Tivesse escrito na vida
Nada mais do que o seu
AUTO DA COMPADECIDA
Isto daria de sobra
Para que a sua obra
Ficasse reconhecida.*

RESUMO

Analisa os aspectos *residuais* constantes no *Auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna. O enfoque teórico utilizado é o da *residualidade*, método investigativo de Roberto Pontes. Nesse método, buscam-se *resquícios* literários e culturais, principalmente do medievo, nas manifestações literárias e culturais da contemporaneidade. O *Auto da Compadecida* se constitui em texto riquíssimo para esse tipo de pesquisa, pois apresenta *traços remanescentes* de diversas épocas. Como as narrativas populares do Nordeste brasileiro alimentam a produção literária de Suassuna, é imprescindível que estudemos os mitos e lendas dessa região, assim como a literatura de folhetos. Convém ressaltar que essas fontes temáticas do Romanceiro popular do Nordeste, atualizadas no *Auto da Compadecida*, estão associadas tanto aos milagres marianos em autos ibéricos medievais e renascentistas quanto aos personagens da *commedia dell'arte* italiana e, por isso, fazem parte do presente trabalho.

Palavras-chave: Auto. *Residualidade*. Hibridação cultural.

RESUMEN

Analiza los aspectos *residuales* que hay en el *Auto de la Compadecida*, de Ariano Suassuna. El enfoque teórico es el de la *residualidad*, método de investigación de Roberto Pontes. En el citado método se buscan *resquicios* literarios y culturales, principalmente del Medievo, en las manifestaciones literarias y culturales de la contemporaneidad. El *Auto de la Compadecida* se constituye como un texto riquísimo para este tipo de investigación, pues presenta *marcas remanecientes* de diversas épocas. Como las narrativas populares del Nordeste de Brasil alimentan la producción literaria de Suassuna, es imprescindible que estudiemos los mitos y leyendas de esta región, bien como la literatura de cordel, las *hojas o pliegos sueltos*. Conviene resaltar que estas fuentes temáticas del Romancero popular del Nordeste brasileño presentes en el *Auto de la Compadecida* se asocian tanto a los milagros marianos y autos ibéricos medievales y renacentistas, como a los personajes de la *commedia dell'arte* italiana y, por ello, forman parte del presente trabajo.

Palabras-clave: Auto. *Residualidad*. Hibridación cultural.

SUMÁRIO

1.	No limiar da <i>Residualidade</i>.....	10
2.	Pelos caminhos da <i>Residualidade</i> rumo à <i>Compadecida</i>.....	29
2.1.	Conceitos operativos da <i>Teoria da Residualidade</i>.....	35
2.1.1.	<i>Resíduo, residual, residualidade</i>	38
2.1.2.	<i>Cristalização</i>	41
2.1.3.	<i>Mentalidade</i>	51
2.1.4.	<i>Hibridação cultural</i>	61
2.2.	A <i>Residualidade</i> e algumas confinações.....	71
2.2.1.	<i>Residualidade versus Periodização</i>	72
2.2.2.	<i>Residualidade versus Intertextualidade</i>	76
2.2.3.	<i>Residualidade versus Influência</i>	80
3.	Fortuna crítica sobre o <i>Auto da Compadecida</i> na perspectiva da cultura medieval.....	90
4.	<i>Auto da Compadecida</i>.....	92
4.1.	As bases do <i>Auto da Compadecida</i>.....	96
4.1.1.	Mitos e lendas.....	96
4.1.2.	Romanceiro popular do Nordeste	113
4.2.	Dos autos ibéricos ao <i>Auto da Compadecida</i>.....	128
4.3.	A intercessão de Nossa Senhora no <i>Auto da Compadecida</i>.....	145
4.3.1.	Gautier de Coincy.....	147
4.3.2.	Gonzalo de Berceo.....	152
4.3.3.	Rei Alfonso X, o Sábio.....	155
4.3.4.	O Milagre de Teófilo.....	160
4.3.5.	O <i>Milagre de Teófilo</i> , na versão de Sant'Alfonso Maria de'Liguori.....	165
4.3.6.	A popularização do culto mariano e as <i>Laude cortonesi</i>	167
4.4.	Os personagens.....	170
4.4.1.	Personagens da <i>Compadecida</i> versus personagens da <i>commedia dell'arte</i>	173
4.4.2.	O Palhaço.....	176
4.4.3.	Severino e Cangaceiro.....	187
4.4.4.	João Grilo, um herói picaresco.....	195
5.	Término da trilha <i>residual</i> da <i>Compadecida</i>.....	213
6.	Referências.....	219

DOS MITOS À PICARESCA: UMA CAMINHADA *RESIDUAL* PELO AUTO DA *COMPADECIDA*, DE ARIANO SUASSUNA

1. No limiar da *Residualidade*

Para escrever o *Auto da Compadecida*, Ariano Suassuna se baseou em romances e histórias populares do Nordeste brasileiro: *O Castigo da Soberba*, *O Enterro do Cachorro* e *História do Cavalo que Defecava Dinheiro*, histórias homenageadas pelo autor em epígrafes. Estas são narrativas que vivem no imaginário do povo nordestino; histórias conhecidas do autor, recolhidas de sua infância vivida no sertão do Cariri paraibano.

Caso não estivessem aludidas, o leitor talvez não as identificasse... Contudo, na rica produção literária de Suassuna encontraria uma aproximação com diversos escritos do medievo. Foi o que sucedeu a Henrique Oscar, o prefaciador do *Auto*. Oscar identifica na *Compadecida* “um parentesco com gêneros mais antigos, de outras épocas e regiões”¹ e enquadra o *Auto* na tradição das peças da Idade Média. Reportando-se à forma e ao tratamento, aproxima a obra de Suassuna dos autos de Gil Vicente e do teatro espanhol do século XVII. Quanto ao desenvolvimento da ação, vê uma aproximação com a *commedia dell’arte*, e características do arlequim no personagem João Grilo, embora nele reconheça um personagem “autenticamente brasileiro e não copiado da tradição italiana”². E complementa sua observação afirmando que, mesmo ao constatar-se a aproximação da *Compadecida* com “formas e até temas dos grandes

¹ OSCAR, Henrique. “Prefácio”. In: SUASSUNA, Ariano. *Auto da Compadecida*. 34ª ed. / 6ª imp. Rio de Janeiro: Agir, 2000, p. 9.

² *Idem, ibidem*, p. 10.

gêneros da história do teatro”³, não há uma cópia, e sim, uma “autêntica recriação em termos brasileiros, tanto pela ambientação como pela estruturação, sendo uma obra inédita em suas características, nova e, portanto, absolutamente original”⁴.

Henrique Oscar visualizou na *Compadecida* *resíduos* de outras épocas. Não obstante, Suassuna afirma ter-se baseado nas histórias populares do Nordeste e considera o *Auto da Compadecida* a peça em que realizou “pela primeira vez uma experiência satisfatória de transpor para o teatro os mitos, o espírito e os personagens dos folhetos, e romances, aos quais se devem sempre associar seus irmãos gêmeos, os espetáculos teatrais nordestinos”⁵. E sublinha:

Tudo isso, em minha peça, vem do Bumba-meu-boi, do Mamulengo, da oralidade dos desafios de Cantadores e mesmo de autos populares religiosos publicados em folhetos, no Nordeste. [...] É verdade que devo muito ao Teatro grego (e a Homero e Aristóteles), ao latino, ao italiano renascentista, ao elisabetano, ao francês barroco e sobretudo ao ibérico. É verdade que devo, ainda mais, aos ensaístas brasileiros que pesquisaram e publicaram as obras [...]. Mas a influência decisiva, mesmo, em mim, é a do próprio Romanceiro Popular do Nordeste, com o qual tive estreito contacto desde a minha infância de menino criado no Sertão do Cariri da Paraíba⁶.

Ao confrontarmos a afirmação de Suassuna — da influência que recebe do Romanceiro Popular do Nordeste — com as constatações de Henrique Oscar — que vê uma aproximação do *Auto da Compadecida* com gêneros e obras da Idade Média —, concluímos que, para tanto, faz-se necessário haver traços medievalizantes na cultura nordestina. Sendo assim, esses *resíduos* vão estar presentes nas produções literárias, não apenas de Ariano Suassuna, como também na de outros escritores, como Patativa do

³ *Idem, ibidem*, p. 10.

⁴ *Idem, ibidem*, p. 10

⁵ SUASSUNA, Ariano. "A Compadecida e o Romanceiro Nordestino". In DIÉGUES JR. e outros. *Literatura popular em verso - Estudos*. Tomo I. Rio de Janeiro, MEC - Casa de Rui Barbosa, 1973, p. 157.

⁶ *Idem, ibidem*, pp. 158-159.

Assaré, José Lins do Rego, José Albano etc. Isso acontece porque todo escritor está integrado a uma sociedade e expressa em suas obras a *mentalidade* de seu tempo, que é *residual*, visto ser esta composta de *sedimentos mentais*, os quais não estão no nível da consciência. Ariano Suassuna expressa a *mentalidade* do nosso tempo e sua escrita dialoga com a *mentalidade* medieval, repetimos, porque persistem *resíduos* desta época no Romanceiro nordestino, no qual se inspirou.

Por que isso ocorre? Por que subsistem no Nordeste tantos traços medievalizantes se, quando do descobrimento do Brasil e até mesmo de sua colonização pelos portugueses, a época normalmente referida como fim da Baixa Idade Média (séc. XIV-séc. XV) já havia passado?

Explicações há. Recordemos:

1. A chegada dos portugueses ao Brasil ocorreu em Porto Seguro, na Bahia.
2. Das quinze capitanias hereditárias no período do Brasil-colônia, apenas duas prosperaram. Uma delas foi a de Pernambuco, fundada em 1536; a outra, a de São Vicente, cujo povoado foi elevado à condição de vila em 1532;
3. Quando o donatário da Baía de Todos os Santos, o cruel Francisco Pereira Coutinho, foi morto, retalhado pelos índios da tribo tupinambá e servido como prato principal, numa festa antropofágica, a Coroa Portuguesa não autorizou o herdeiro a ocupar o cargo de capitão-donatário e transformou essa capitania em jurisdição da Coroa;
4. Tomé de Souza, primeiro governador-geral escolhido por Dom João III, chegou ao Brasil em março de 1549, acompanhado por mais de novecentas pessoas, entre

soldados, colonos e degredados e, nesse mesmo ano, fundou a primeira capital do Brasil, Salvador⁷;

5. Não é de estranhar que o governo colonial tenha se estabelecido no Nordeste. Diferentemente da capitania de São Vicente, cujo progresso deveu-se ao fato de ter-se consolidado como pólo portuário — nesta capitania também se iniciara o cultivo da cana-de-açúcar e outras culturas, mas suas terras foram consideradas pouco propícias à agricultura devido à baixa fertilidade do solo — a capitania hereditária de Pernambuco prosperou graças à cultura da cana e à indústria do açúcar. Portanto, os portugueses já haviam observado que a cana-de-açúcar se adaptava bem ao clima e ao solo nordestino. Então, começaram seu plantio em larga escala, visto ser o açúcar um produto de grande valor comercial e grande aceitação na Europa. Visavam, com isso, ao lucro;

6. A forma de governo-geral persistiu até 1808, embora desde 1641, após a Restauração de Portugal, que esteve sob o domínio espanhol de 1580 a 1640, alguns governadores tenham passado a usar o título de *vice-rei*.

Comprovamos, assim, que de 1536 a 1808 a presença portuguesa foi muito forte no Nordeste brasileiro. Mas isso não explica a presença dos *resíduos medievalizantes*, pois nesse período a Europa começava a viver a Revolução Industrial, saindo do feudalismo e adotando o capitalismo⁸. Os fatores que influenciaram a permanência de

⁷ Salvador se manteve como capital até 1763, quando o governo colonial se transferiu para a cidade do Rio de Janeiro.

⁸ Segundo os historiadores Roland Mousnier e Ernest Labrousse, enquanto a Europa respirava novos ares, o ambiente na Espanha e em Portugal era bem diferente. Em 1715, a Espanha se encontrava em plena decadência e continuava como um Estado “em que os reis, embora tivessem arruinado o poder dos senhores, não conseguiam tirar completamente o país da Idade Média”, em virtude das inúmeras leis, costumes e regulamentos então existentes. A Espanha exportava para Inglaterra, França e Estados do Noroeste europeu a lã de seus carneiros, metais preciosos, ouro e prata de suas colônias e importava os produtos fabricados dos quais necessitava. Em 1775, o país continuava dependente do estrangeiro, mas já havia fábricas de tecidos, seda e algodão e, em 1788, enviava à Índia mais mercadorias próprias que produtos estrangeiros. A obrigação de importar forçou tanto a Espanha quanto Portugal a esvaziarem-se dos metais preciosos oriundos de suas colônias, em favor, respectiva e especialmente, da

estruturas são outros: a distância entre metrópole e colônia, as viagens marítimas, o isolamento em que vivia o Brasil e a forma de governo-geral que durou de 1549 a 1808, quando se deu a mudança da família real portuguesa para o Brasil⁹. Acresça-se a isso o fato de Portugal não ter aproveitado, durante todo esse período, do “comércio de outrora para criar uma indústria e renovar a agricultura”, permitindo, com tal atitude, que sua organização econômico-social permanecesse medieval.¹⁰

Pela distância e dificuldades nas viagens, isolamento e longo período com uma mesma estrutura de governo, é de se supor que o Nordeste tenha recebido de Portugal *resíduos* dos modelos sócio-econômico-culturais da Península Ibérica medieval. Não nos esqueçamos de que o ano de 1500 está muito próximo do que se costuma dar como término da Baixa Idade Média — alguns o querem em 1453, ano correspondente à queda de Constantinopla e ao fim da guerra dos Cem Anos; outros o colocam em 1492,

França e da Inglaterra. Em 1789, a Espanha encontrava-se em grave crise financeira. Quanto a Portugal, veja-se a nota seguinte. Roland Mousnier e Ernest Labrousse concluem o tópico “A Europa Meridional” observando que o esforço dos governos de Portugal e Espanha no século XVIII lembra o esforço francês do século anterior e tecem o seguinte comentário: “A França leva um século de atraso em relação à Inglaterra. A verdade, porém, é que a Espanha e Portugal estão bem um século de atraso em relação à França” (Cf. MOUSNIER, Roland e LABROUSSE, Ernest. *O século XVIII: o último século do antigo regime*. Colaboração: Marc Bouloiseau. Tradução: Vítor Ramos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1995, pp.297-299).

⁹ Ao transferir-se para o Brasil em 1808, o destino inicial da família real portuguesa era o Rio de Janeiro. No entanto, chegou à Bahia em 21 de janeiro e ali permaneceu até 26 de fevereiro do referido ano.

¹⁰ A esse respeito, Roland Mousnier e Ernest Labrousse observam ter Portugal funcionado, durante muito tempo, como intermediário entre suas colônias e a Europa, mas, no século XVIII, “viu o seu papel quase cessar devido à concorrência das outras potências”. Nessa época, suas exportações constituídas de vinho e pau-brasil se davam somente para a Inglaterra, devido ao Tratado de Methuen (1703), cujo acordo obrigava Portugal a importar quase tudo da Inglaterra, o que praticamente impediu o desenvolvimento da indústria manufatureira portuguesa. Assim, uma grande quantidade de ouro e prata do Brasil-colônia teve a Inglaterra como beneficiária. Quando da morte de D. João V, em 1750, Portugal se encontrava em plena crise econômico-financeira. Assumiu o reinado D. José I (1750-1777), soberano reformador, que nomeou D. Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal, como primeiro-ministro. O Marquês de Pombal reorganizou o Estado português, durante esses vinte e sete anos. Entre outras ações, expulsou os jesuítas que opunham à sua política, acusando-os de conspiração (1759); instituiu escolas; introduziu as ciências nas Universidades; criou manufaturas; aumentou o comércio; construiu fortalezas (Cf. MOUSNIER, Roland e LABROUSSE, Ernest. *O século XVIII: o último século do antigo regime*. Colaboração: Marc Bouloiseau. Tradução: Vítor Ramos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1995, pp. 192-195 e 299, e SARAIVA, António José & LOPES, Óscar. *História da Literatura Portuguesa*. 12ª ed., corrigida e atualizada. Porto: Porto Editora, 1982, pp. 595-606).

ano do descobrimento da América; outros há que pensam em 1517, início da Reforma Protestante.

Para entendermos a *mentalidade* dos portugueses chegados às terras nordestinas desde o descobrimento até a chegada da família real ao Brasil, é preciso retrocedermos, não à Europa de 1808, mas à de 1500, pois os portugueses aqui ficados não acompanharam o progresso europeu dos que seguiam vivendo em terras lusas¹¹. É importante também termos em mente o que se passava na América e, especialmente, no Brasil.

A Europa de 1500 já tinha passado por várias transformações desenvolvimentistas. No cenário econômico europeu, a produção crescera devido a uma maior quantidade de mão-de-obra aliada ao uso de técnicas diversas, como o adubo mineral, os moinhos de água e de vento, a força motriz animal. O crescimento foi tanto que alguns estudiosos afirmam ter a agricultura medieval no final do século XIII atingido um nível técnico semelhante ao do início do século XVIII¹². O excedente agrícola revigorou o comércio, principalmente o de longa distância. Houve aumento na produção, no crescimento demográfico e, conseqüentemente, deu-se uma diversidade de moedas, a monetarização da economia e o surgimento da atividade bancária. Todas

¹¹ Portugal não pôde “isolar-se do ambiente europeu nem prescindir inteiramente das inovações técnicas, científicas e artísticas surgidas no estrangeiro”. A primeira metade do século XVIII, tempo de D. João V, caracteriza-se por uma contradição: se, por um lado, Portugal se insere nesse ambiente de inovações europeu, por outro lado, “a mineração brasileira permite a manutenção da aristocracia nobiliária e clerical junto do trono absolutista”. Na segunda metade do século XVIII, já sob as mãos de ferro do Marquês de Pombal, ocorre a quebra de produtividade das minas brasileiras (1760). Quando Maria I sobe ao trono (1777), a crise econômica portuguesa está em declínio, pois a queda do rendimento do ouro do Brasil é compensada pelo “acréscimo em volume e valor” de outros produtos brasileiros, como o algodão, o qual “em parte se reexporta, em parte alimenta um progresso na indústria têxtil” (Cf. SARAIVA, António José & LOPES, Óscar. *Op.cit.*, pp. 595-596).

¹² FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Idade Média – Nascimento do Ocidente*. 4ª reimpr. da 2ª ed. de 2001. São Paulo: Brasiliense, 2005, p. 39.

essas transformações levaram Jean Gimpel¹³ a ver a Idade Média Central como a Revolução Industrial medieval.

A literatura medieval utilizava tanto a língua latina quanto a língua vernácula ou vulgar. A literatura latina, além de uma produção eminentemente clerical, como a das crônicas e dos poemas clássicos, também apresentava uma produção popular, a hagiografia, e uma outra erudita mas não eclesiástica, isto é, erudita na língua e popular na versificação — *rítmica e rimada* —, na temática — *amor, vinho, jogo* — e nas fontes — *mitos, folclore* —, os poemas goliárdicos. A literatura vernácula, impregnada de elementos etnológicos, apresentava gêneros de matizes clericais, como a canção de gesta e o ciclo do Graal, e outros laicos, como as *lais* e os *fabliaux*.¹⁴

No período medieval, que muitos querem equivocadamente seja a Idade das Trevas, várias obras literárias importantes vieram a público: aproximadamente em 1100, *La Chanson de Roland*, poema épico baseado num acontecimento histórico ocorrido no século VIII; por volta de 1165, *Le Roman de Tristan*, de Béroul, poema que narra a paixão incomensurável de Tristão e Isolda, versão escrita de uma lenda celta, “proveniente de um período dos ‘começos’ na antiga Irlanda”¹⁵; entre 1170 a 1175, *Tristão e Isolda*, de Thomas of Britain; em 1182, *O conto do Graal*, de Chrétien de Troyes¹⁶; entre 1201 a 1207, o *Poema de Mio Cid*; em 1225, *Lancelot Du Lac*; e, entre

¹³ GIMPEL, Jean. *A Revolução Industrial da Idade Média*. Lisboa: Publ. Europa-América, 1976, *apud* FRANCO JÚNIOR, Hilário. *op.cit.*, p. 41.

¹⁴ FRANCO JÚNIOR, Hilário. *op.cit.*, p. 113.

¹⁵ Cf. BARROS, Maria Nazareth Alvim de. *Tristão e Isolda: o Mito da Paixão*. São Paulo: Mercuryo, 1996, p. 15.

¹⁶ O referido conto faz parte do *ciclo bretão* ou *arturiano* das novelas de cavalaria, cujo enredo apresenta as aventuras de rei Artur e seus cavaleiros à demanda do Santo Graal. Baseia-se em uma lenda de remota origem céltica. Muito popular na Europa dos séculos XII e XIII, a lenda, inicialmente cantada em versos, tinha Perceval como herói. No século XIII, sob a influência clerical, ocorre seu relato em prosa: a *Demanda de Santo Graal* cristianiza a lenda pagã: Galaaz substitui Perceval e o Graal, vaso mágico na mitologia céltica, transforma-se no cálice que recolhera o sangue de Cristo crucificado (Cf. Massaud Moisés *A literatura portuguesa*. 29ª ed., revista e aumentada. São Paulo: Cultrix, 1999 e

1350 a 1355, *Decameron*, de Boccaccio. Outras obras de grande importância e bastante conhecidas são: o *Liber Sancti Jacobi* ou *Códex Calixtinus*¹⁷, do século XII; *Carmina Burana*, antologia de poemas goliárdicos, por volta de 1280; *O livro das maravilhas*, de Marco Polo, entre 1298 a 1301; e a *Divina Comédia*, de Dante Alighieri, entre 1307 e 1321.

Nos anos que antecederam a 1500, a jovem nação portuguesa deixara de ser o Condado Portucalense, constituído em 1097 e subordinado à Espanha, para surgir como Reino de Portugal, em 1139, pelas mãos de D. Afonso Henriques. Já no seu nascimento, o novo reino foi beneficiado pelo desenvolvimento europeu das forças produtivas e do comércio relacionado com as Cruzadas, e sua navegação comercial levou a que cidades costeiras como Porto e Lisboa desenvolvessem uma atividade mercantil com outros países da Europa. Outros dois fatos relevantes ocorreram para a então futura *hibridação* luso-brasileira. Um, em 1494, quando se deu o Tratado de Tordesilhas e, outro, em 1495, quando, com a morte de D. João II, D. Manuel é aclamado rei.

Quanto ao campo literário, do século XIII datam os mais antigos textos escritos em português, quer notariais, como o testamento de D. Afonso II, quer literários, como as cantigas de João Soares de Paiva e de D. Sancho I. Nesta época os livros eram

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Idade Média – Nascimento do Ocidente*. 4ª reimpr. da 2ª ed. de 2001. São Paulo: Brasiliense, 2005, p. 114).

¹⁷ O *Liber Sancti Jacobi* – *Codex Calixtinus* é um importante documento-monumento histórico, litúrgico, literário e musical, escrito em latim, provavelmente entre os anos 1160-1170. Está dividido em cinco partes, ou Livros, e um Apêndice, e tem por objetivo esclarecer dúvidas quanto ao culto de São Tiago e à peregrinação, assim como enaltecer a glória do referido culto. Ressaltamos o *Liber secundus*, que apresenta vinte e dois milagres de São Tiago considerados autênticos por autoridades eclesiásticas, e o Apêndice, no qual, além de uma carta sobre a fidedignidade do códice atribuída ao Papa Inocêncio II (1130-1143) e de um milagre de São Tiago narrado em prosa, constam importantes composições musicais de caráter litúrgico e processional, inclusive milagres jacobus. Segundo Maria do Amparo Tavares Maleval, esse documento é de extrema importância, pois registra “de forma completa e verdadeiramente artística exemplos da música polifônica em seus primórdios”. Entre as vinte e duas composições, encontra-se *Congaudeant Catholici*, considerada “a mais antiga peça a três vozes que se conhece”. (Cf. MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. *Maravilhas de São Tiago. Narrativas do Liber Sancti Jacobi (Codex Calixtinus)*. Niterói: EdUFF, 2005, pp. 19-20).

escritos à mão, em folhas de pergaminho — as técnicas de impressão só começariam a ser utilizadas na Europa na segunda metade do século XV, devido à criatividade do alemão Gutemberg, a quem se deve o crédito de inventor da imprensa.

A escrita, entretanto, estava longe de ser o principal veículo de transmissão da cultura. Essa era feita oralmente, pelos jograis — recitadores, cantores e músicos — que apresentavam nas feiras, castelos e cidades um repertório musical e literário estimulado diretamente pelos ouvintes¹⁸. Enquanto a cultura científico-literária transmitida pela escrita estava pouco disseminada e praticamente restrita ao clérigo, a cultura transmitida oralmente pelos jograis atingia um público bem maior, formado de iletrados, nobres, burgueses e vilões. A maioria daquelas novecentas pessoas — soldados, colonos e degredados — que veio com Tomé de Souza ao Brasil fazia parte desse público, assim como os mil e quinhentos homens vindos na armada de Cabral.

Naquele período em que a Europa passava por essas fases de desenvolvimento sócio-econômico-cultural e Portugal se fixava como nação livre e soberana no continente que viria a ser chamado América, também havia povos de civilização bastante adiantada. Quando os europeus chegaram ao recém-descoberto continente, encontraram a civilização asteca, no México; a civilização maia-quiché, na Guatemala e em parte de Honduras; a civilização comum aos povos centro-americanos e antilhanos florescente em El Salvador (São Salvador) e na Nicarágua; a civilização chibcha, dos povos da Costa Rica, do istmo de Panamá e do Planalto de Bogotá; a civilização inca, no Peru; e a civilização dos calchaquis, no extremo dos Andes¹⁹. Esses povos viviam em amplas cidades, possuíam uma constituição político-religiosa, eram peritos na arte

¹⁸ SARAIVA, António José & LOPES, Óscar. *História da Literatura Portuguesa*. 12ª ed., corrigida e atualizada. Porto: Porto Editora, 1982, pp. 37-38.

¹⁹ CARVALHO, Ronald de. *Pequena História da Literatura Brasileira*. 13ª ed. revista. Rio de Janeiro: F. BRIGUIET & CIA, 1968, p. 31.

dos tecidos e na indústria da cerâmica e, segundo Ronald de Carvalho²⁰, conheciam todos os metais, excetuando-se o ferro.

Nesse mesmo período, antes da chegada dos portugueses, habitavam o Brasil milhões de nativos²¹, divididos, de acordo com o tronco lingüístico, em tupis-guaranis, macro-jê ou tapuias, aruaques e caraíbas. Eram tribos nômades e selvagens. Designamos *selvagens* no sentido de *habitantes da selva*, pois, se considerarmos o termo no sentido de *pessoa rude, bruta, grosseira*, baseando-nos na carta²² de Pero Vaz de Caminha a D. Manuel I, quedamo-nos a perguntar: — Quando do descobrimento do Brasil, qual dos dois povos era o mais selvagem?

De acordo com o escrivão, na chegada da frota portuguesa, apesar de os índios terem se aproximado do batel portando arcos e flechas, a um sinal de Nicolau Coelho, eles os depuseram; quando Coelho lhes arremessou um barrete, uma carapuça de linho e um sombreiro, um dos índios jogou-lhe um sombreiro de penas de aves, e um outro, um ramal grande de continhas brancas; nas várias vezes em que o Capitão mandou Afonso Ribeiro, um jovem degredado, ir ter com os índios para conhecer-lhes o modo de vida e maneiras, os nativos o receberam muito bem: deram-lhe arco e flecha e não receberam nada em troca; uma das vezes, quando um dos índios tomou umas continhas do degradado e fugiu, os outros, ao saberem do ocorrido, foram atrás do índio fujão,

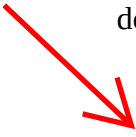
²⁰ CARVALHO, Ronald de. *Op.cit.*, p. 31.

²¹ Há controvérsias quanto ao número de indígenas que havia no Brasil quando da chegada dos portugueses. Estima-se entre 1 a 10 milhões de aborígenes. Atualmente, são aproximadamente 460 mil índios que ocupam o território brasileiro. São aproximadamente 225 etnias indígenas e 180 línguas (Vide: www.funai.gov.br/indios/conteudo.htm). Em 11 de dezembro de 2002, a Lei nº 145 da Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira, município amazonense, concedeu às línguas nheengatu, tukano e baniwa o *status* de línguas co-oficiais à língua portuguesa. Esta lei é encontrada em vários sítios, entre os quais: www.ipol.org.br. São Gabriel da Cachoeira, a aproximadamente 850 quilômetros de Manaus, é o município brasileiro com a maior população indígena, correspondendo a 95% da população (cf. www.ipol.org.br). Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, pela contagem da população 2007, o município possui 39.129 habitantes. Vide: www.ibge.gov.br.

²² CAMINHA, Pero Vaz de. “Carta de Pero Vaz de Caminha em que dá Notícia a El-Rei D. Manuel do Achamento da Terra do Brasil”. In: *As grandes viagens portuguesas — 1ª Série*. Prefácio, Seleção e Notas de Branquinho da Fonseca. S.l.: Manuscrito Editores Ltda., s.d., pp. 87-114.

recuperaram as continhas e as entregaram ao português; e, entre tantos outros gestos de hospitalidade, ao assistirem a algum ato litúrgico, os índios adotavam o comportamento dos portugueses.

E o que comenta Caminha sobre as atitudes dos portugueses em relação aos índios? Diz ele que os portugueses concordaram entre si não ser necessário tomar e levar nenhum índio à força, como era costume, pois os nativos não iriam fazer-se entender e, portanto, seria melhor deixar dois degredados para colher informações da terra. O escrivão afirma que eles faziam tudo o que os índios queriam, para ser mais fácil de amansá-los, e nenhum deles lhes ousava “falar de rijo para não se esquivarem mais”, e complementa dizendo parecerem os índios ser mais amigos dos portugueses do que os portugueses deles. Se não tivesse havido essa acolhida, talvez não tivesse ocorrido a fuga de dois grumetes da nau portuguesa para aqui permanecerem junto aos dois degredados.



Observamos no relato de Caminha o encontro de duas diferentes culturas, de duas *mentalidades* totalmente distintas; um *hibridismo cultural* em formação.

Segundo os historiadores norte-americanos Samuel Eliot Morison e Henry Steele Commager, “*não havia tribo nem nação índia que soubesse coisa alguma do seu próprio continente para lá de umas poucas centenas de milhas*”²³. Nesse ambiente chamado “pré-histórico” por historiadores, conceito com o qual não concordamos porque para nós desde o início da existência humana já se pode considerar haver História, é de se acreditar que não havia literatura brasileira. No entanto, alguns historiadores vêem em certos escritos antigos uma relação com a nossa terra e os

²³ MORISON, Samuel E. & COMMAGER, Henry S., *apud* CASCUDO, Câmara. *Tradição, Ciência do Povo*. São Paulo: Perspectiva, 1971, p. 159.

colocam em suas histórias literárias. É esse o caso de **Ronald de Carvalho**, que começa sua *Pequena História da Literatura Brasileira* fazendo uma retomada do pensamento da Idade Média sobre a existência de terras a Oeste da Europa. Nas linhas introdutórias, traça observações sobre:

as narrações fantásticas de continentes e arquipélagos fabulosos, cobertos de abundantes florestas, cortadas por caudalosos rios e sombreados de montanhas intransponíveis, onde os metais preciosos e as pedrarias raras se confundiam com o esplendor magnífico de uma flora maravilhosa e uma fauna desconhecida²⁴.

Nessa alusão de Carvalho ao que se imaginava no medievo, tem-se uma analogia com o texto de Pero Vaz de Caminha escrito sobre o Brasil em sua primeira carta ao rei de Portugal. No entanto, o autor se refere ao lendário continente chamado Atlântida.

Validando essas idéias, Ronald de Carvalho apresenta tradições alusivas a uma região paradisíaca, como a de *Meg-Meld*, ou País da Eternidade, das tradições celtas.

Com o objetivo de buscar em épocas passadas as origens do nome de nosso País, Carvalho comenta haver uma, dentre as diversas ilhas existentes no oceano Atlântico, referida pelos escritores medievais pelo nome de Braçir, Braxil, Brazylle ou O'Brasile. Essa ilha foi registrada, pela primeira vez, no Atlas Medicis, de 1351. Apareceu depois em várias cartas, mudando constantemente de nome e posição, ora aparecendo nos Açores, ora nas costas ocidentais das Ilhas Britânicas.

Hilário Franco Júnior apresenta a mesma linha de raciocínio, ao falar da herança medieval no Brasil:

Mesmo no Brasil, que vivia na Pré-História enquanto a Europa estava na chamada Idade Média, muitos elementos medievais continuam presentes. A colonização portuguesa introduziu práticas que, apesar de já então superadas na

²⁴ CARVALHO, Ronald de. *Op.cit.*, p. 13.

metrópole, foram aqui aplicadas com vigor, inaugurando o clima de arcaísmo que marca muitos séculos e muitos aspectos da história brasileira. Luis Weckmann detectou com pertinência a existência de uma herança medieval no Brasil, porém limitou sua presença apenas até o século XVII. E, na realidade, ela continua viva ainda hoje nos nossos traços essenciais.

Os dois elementos culturais que enquadram a consciência de nacionalidade são de origem medieval. O nome de nosso país vem da “ilha afortunada” *O’Brazil*, identificada nos séculos XIV-XV com as Canárias, antes de sê-lo com a América. A tradicional associação da terra descoberta por Cabral com a madeira tintorial aí encontrada (o pau-brasil) desconsidera que a própria madeira tirara seu nome da mítica ilha medieval. O idioma, obviamente, é aquele introduzido e imposto pelos colonizadores, idioma que, como todos os do mundo ocidental, nasceu na Idade Média²⁵.

Luis Weckmann limita a presença de traços medievais no Brasil apenas até o século XVII. Contudo, em relação ao Nordeste, Fernando Uricoechea²⁶ e Raymundo Faoro²⁷ concordam ao dizerem que a configuração social dessa região se identifica com a situação medieval portuguesa, pelo menos até o início da era Vargas (1930 a 1945 e 1951 a 1954). E Câmara Cascudo, ao falar sobre os mitos do Ceará, faz-nos saber que:

Plantava-se a “fazenda de criar” como uma cidadela, com seu mundo de agregados, vaqueiros, índios mansos, negros fiéis. Esse centro era autônomo, independente, autárquico. Daí a persistência dos mitos, a continuidade das histórias velhas, a fidelidade aos costumes de duzentos anos.²⁸

Podemos ampliar esse cenário para todo o Nordeste, pois, conforme informação do grande etnólogo potiguar, mas com base na *História do Ceará*, de Cruz Filho, a Terra da Luz foi sendo povoada lentamente por pessoas vindas de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe e Bahia. Sublinha o etnólogo:

O clima folclórico é o mesmo do Nordeste. São os mitos idênticos, diferenciações, variantes, adaptações, inteiramente semelhantes.

²⁵ FRANCO JÚNIOR, Hilário. *Op.cit.*, p.168.

²⁶ URICOCHEA, Fernando. *O minotauro imperial*; a burocratização do estado patrimonial brasileiro no séc. XIX. Rio de Janeiro / São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1978, *apud* VASSALO, Lígia. *Op.cit.* p.15.

²⁷ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*; formação do patronato político brasileiro, 4ª ed. Porto Alegre: Globo, 1977, 2v., *apud* VASSALO, Lígia. *Op.cit.*, p.15.

²⁸ CASCUDO, Luis da Câmara. *Geografia dos mitos brasileiros*. 78º vol. da Coleção Reconquista do Brasil, nova série, 1983, p. 9.

A população do interior, quase imóvel durante longo tempo, manteve a maioria dos mitos talqualmente os recebera. Como a influência negra não é preponderante mas apenas sensível e também mais aproximada do oceano, encontramos os mitos de origem européia e os indígenas, diversificados pela mestiçagem, quase em estado de pureza²⁹.



Na visão de Câmara Cascudo, “as rodovias, articulando o sertão a toda a parte, dissiparam o ar respirado há dois séculos”³⁰. Portanto, é coerente o pensamento do etnólogo segundo o qual talvez esse material já não esteja como era antes, pois “o sertão respira pelas mil bocas das estradas e paga o conforto da eletricidade com o esquecimento das estórias antigas e saborosas”³¹. No entanto, ficam os *resíduos* como material *cristalizado*. Não é de se estranhar, pois, que existam tantos *resíduos* do medievo em obras de autores nordestinos, como os citados anteriormente, entre as quais, incluímos o *Auto da Compadecida*.

Outra opinião a corroborar o que aqui expomos é a da professora Lígia Vassalo, em seu livro *O Sertão Medieval: Origens européias do teatro de Ariano Suassuna*, do qual transcrevemos trecho significativo:

Enquanto o velho continente ingressava no mundo da escrita e da indústria, emigrou para a América aquele da voz e, com ele, a superestrutura intelectual que o acompanha. Ele não é um resíduo estratificado sobrevivente na memória de alguns, mas é vivo e atuante na prática dos contadores de histórias, nos improvisos dos cantadores, nos folhetos de cordel capazes de incorporar a cada instante novos eventos do cotidiano. A cultura oral nordestina consome ainda hoje temas e técnicas medievalizantes, como as histórias de procedência árabe ou francesa, junto com os desafios dos cantadores, a estrofação e várias modalidades de versejar.³²

Em *O Sertão Medieval*, Lígia Vassalo tem como enfoque teórico o ponto de vista de Mikhail Bakhtine sobre a paródia e a carnavalização. Não obstante, o parágrafo que

²⁹ CASCUDO, Luis da Câmara. *Op.cit.*, p. 10.

³⁰ CASCUDO, Luis da Câmara. *Op.cit.*, p. 9.

³¹ *Idem, ibidem*, p. 10.

³² VASSALO, Lígia. *O sertão Medieval: origens européias do teatro de Ariano Suassuna*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993, p. 163.

transcrevemos aproxima o pensamento da autora dos conceitos operativos da *Teoria da Residualidade*³³, método investigativo desenvolvido por Roberto Pontes³⁴, professor de Literatura da Universidade Federal do Ceará – UFC.

Vassalo percebe um *resíduo* “vivo e atuante” capaz de “incorporar, a cada instante, novos eventos do cotidiano”. Roberto Pontes identifica *resíduos* em várias obras por ele analisadas. Percebe que o *resíduo* permanece de uma época para outra ou de uma cultura para outra porque reúne vigor em si capaz de infundir vida a uma obra nova. E, cogitando sobre o *resíduo*, Roberto Pontes desenvolveu a *Teoria da Residualidade*.

Resíduo, material que infunde vida a uma obra nova.. Ao lermos o *Auto da Compadecida*, surpreendemos a *residualidade temática* dos *Milagres de Nossa Senhora*, narrados por vários escritores medievais, como Gautier de Coincy, Gonçalo de Berceo, Alfonso X e Rutebeuf, refletida na intercessão da Virgem Santíssima do auto de Suassuna. Em entrevista a nós concedida³⁵, indagado sobre esse assunto, Pontes comenta:

Os Milagres narrados por esses escritores mostram uma ligação temática com o auto do Ariano Suassuna, também com a obra de Gil Vicente e com certos cordéis nordestinos. A *Compadecida* está ligada à narrativa antiquíssima dos árabes, às *Mil e uma noites*. Todas essas coisas se juntam, harmonizam-se. Então, começamos a pensar no *resíduo*, naquilo que *remanesce* das culturas várias. O

³³ A *Teoria da Residualidade* serve de base aos estudos do grupo de pesquisa “Estudos de *residualidade* literária e cultural”, certificado pela UFC e cadastrado junto ao CNPq, e vem sendo difundida através de diversos trabalhos acadêmicos. O termo *residualidade* foi empregado por Roberto Pontes no livro *Literatura insubmissa afrobrasílusa*. (Pontes, R. Rio de Janeiro / Fortaleza: Oficina do autor / EDUFC, 1999).

³⁴ Poeta, crítico ensaísta. Doutor em Literatura pela PUC-Rio. Professor do Departamento de Literatura e do Mestrado em Letras da Universidade Federal do Ceará.

³⁵ Entrevista concedida no dia 05 de junho de 2006, à qual intitulamos *Reflexões sobre a Residualidade. Entrevista com Roberto Pontes*.

Auto da Compadecida é composto de *hibridismos culturais* provenientes de culturas diferentes. É *híbrido* por isso; e *residual* também por isso³⁶.

Ao lembrarmos o episódio do gato que descome dinheiro, do *Auto da Compadecida*, temos de remontar à sua origem na cultura ibérica moçárabe. O teórico a confirma e, ao fazê-lo, nos apresenta a distinção entre *intertextualidade* e *residualidade*:

O próprio Ariano Suassuna no estudo publicado no livro *Literatura popular em verso*, v. I, editado pela Casa de Rui Barbosa, fala sobre o assunto e diz que só depois, muito depois de haver escrito o *Auto* veio a tomar ciência que havia aproveitado matéria proveniente da cultura árabe. Ele escreveu sem saber por que havia assimilado o episódio culturalmente. *Esta é a diferença fundamental do resíduo relativamente à intertextualidade, pois o residual aparece na obra sem que o autor tenha consciência do aproveitamento do material utilizado.* Isso assim ocorre porque a *residualidade* se dá no plano da *mentalidade* e não no do simples texto.

Esse material etnológico que nos dá a nossa raiz, a nossa identidade, Ariano pensava fosse mesmo do Nordeste. Mal sabia — seria depois esclarecido por um grande estudioso do assunto, o Professor Enrique Martinez López, professor de Literatura Hispânica da Universidade da Califórnia — que a história do testamento do cachorro constante do *Auto* era de origem moura. E assim ocorre com muitas manifestações da nossa cultura. *O cuscuz, a coalhada, a técnica de fazer açúcar, o queijo, nada disso é genuinamente português nem nordestino. Todos são resíduos árabes.* Assim também ocorre com a nossa cultura literária. No caso do *Auto*, este é a junção de uma cultura lá do Oriente com uma outra transplantada para cá, via Península Ibérica, trazendo elementos que são *remanescências, resíduos, permanências*.³⁷

Outro ponto a aproximar o pensamento de Lígia Vassalo da *Teoria da Residualidade* é o que a autora identifica na escritura de Suassuna. Lígia Vassalo constata haver:

a presença medieval não só em práticas culturais do Nordeste como nas fontes temáticas, nos modelos formais de gênero literário, nas matrizes textuais e no próprio tipo de dramaturgia que o autor emprega. A medievalidade de Suassuna advém da cultura popular e da erudita, dos aspectos temáticos e dos formais. Até mesmo o conteúdo latente (...) explora como personagem um tipo — o

³⁶ MOREIRA, Rubenita Alves. *Reflexões sobre a residualidade. Entrevista com Roberto Pontes*. Comunicação na Jornada Literária “A Residualidade ao alcance de todos”. Departamento de Literatura da UFC, Fortaleza, julho de 2006.

³⁷ MOREIRA, Rubenita Alves. *Op.cit.*

“amarelinho” ou “quengo”—, muito comum em grupamentos fortemente hierarquizados, como o medieval e o sertanejo³⁸.

Esses aspectos, de acordo com a autora d’*O Sertão Medieval*, vão além do que explana Bakhtine sobre a paródia e a carnavalização, e Suassuna sobre a *Compadecida*. Mas, eles são também objeto de estudo da *Teoria da Residualidade*. Buscamos os *resíduos*, cuja origem está, às vezes, em épocas bem anteriores à Idade Média, como é o caso dos mitos, que nos transportam ao tempo do homem primitivo. Se alguma vez lançamos mão de textos de épocas tão remotas, é justamente para mostrar os rastros, assinalar os *resíduos cristalizados* na cultura posterior.

O presente estudo analisa os aspectos *residuais* constantes no *Auto da Compadecida*. Para tanto, utilizamos como enfoque teórico os conceitos regentes da *Teoria da Residualidade*. Antes, porém, de começarmos a analisar a *Compadecida*, faremos uma explanação da Teoria.



Começaremos “Pelos caminhos da *Residualidade* rumo à *Compadecida*”. Nesse trajeto, observaremos que os *resíduos* existem em todos os campos, em todas as áreas, mas observá-los-emos no campo literário.

Prosseguindo, chegamos facilmente aos “Conceitos operativos da *Teoria da Residualidade*” e às lindes disciplinares da *Teoria*. Nesse tópico, conheceremos o pensamento de lindeiros importantes, como Jacques Le Goff, Lucien Febvre, Georges Duby, Néstor García Canclini e Raymond Williams, entre outros.

Temos observado o crescente interesse de graduandos e recém-graduados do Curso de Letras no método investigativo de Roberto Pontes. Muitos nos procuram para

³⁸ VASSALO, Lígia. *Op.cit.*, p. 17.

saber mais sobre a *residualidade* e freqüentemente solicitam façamos uma confrontação entre as teorias. Esse tópico vai, pois, dedicado a eles. Abordaremos três interfaces:

Residualidade versus Periodização, *Residualidade versus* Intertextualidade e *Residualidade versus* Influência.

Em “*Residualidade versus* Periodização”, veremos que, apesar de muito importante no ensino de Literatura, a periodologia é ineficaz quando se quer explicar obras discrônicas ou quando se tenta explicar a subsistência de *resíduos* de remotas eras em obras literárias atuais.

Em “*Residualidade versus* Intertextualidade”, observaremos que o dialogismo intertextual, quer seja uma intertextualidade crítica ou poética, requer um conhecimento prévio do texto-fonte por parte do autor do texto posterior, mesmo se o texto-fonte pareça dissolver-se na escrita do segundo. Este é um dos motivos pelo qual a análise intertextual difere da análise *residual*, pois nesta, o escritor desconhece o texto-fonte.

Em “*Residualidade versus* Influência”, observaremos as proposições dos teóricos da Influência: a) a resistência aos antecessores; b) a criação do precursor pelo efebo, ou novo poeta; c) a individualidade, como distinta da personalidade. Como podemos ver, os seguidores da Influência vão por um caminho bem diferente da *residualidade*. O caminho traçado pelos teóricos da Influência leva à angústia, porque o poeta posterior há de criar o seu precursor. Já na *residualidade*, observamos o quanto de *substratos mentais* radicados na Idade Média, na cultura africana ou indígena, transparece na produção literária da atualidade.

Na seqüência de nosso trabalho, em “Fortuna Crítica” comentamos a obra *O Sertão Medieval: Origens européias do teatro de Ariano Suassuna*, de Lúcia Vassalo, e

os ensaios “Rastros *jacobeus* da *Compadecida* de Suassuna” e “Tradição medieval e “brasilidade” no teatro nordestino”, ambos de Maria do Amparo Tavares Maleval. Os três comentados versam sobre o *Auto da Compadecida*, apresentando traços medievalizantes.

Chegamos, assim, ao capítulo intitulado “*Auto da Compadecida*”, e em sua introdução observamos o porquê de estar a *Compadecida* ocupando um lugar de destaque no projeto suassuniano denominado Movimento Armorial.

Nossa caminhada nesse capítulo inicia-se pela observância das bases *residuais* do *Auto da Compadecida*. Vemos então que um dos *resíduos* encontrados no *Auto da Compadecida*, o mito, está relacionado ao primeiro conhecimento que o homem adquire de si mesmo, e designa um estágio do desenvolvimento humano anterior ao que costumou-se chamar de História. Já a lenda, outro *resíduo* presente na *Compadecida*, tem forte ligação com as lendas cristãs medievais. Como o Nordeste alimenta a escrita de Suassuna, é imprescindível mergulharmos nos mitos e lendas desta região e na literatura de folhetos. No Romanceiro nordestino observamos as fontes temáticas que constituem a base da *Compadecida*, associando-as aos *resíduos* ibéricos medievais.

No tópico “Dos autos ibéricos ao *Auto da Compadecida*”, constatamos *remanescências* do teatro de Calderón de la Barca no Romanceiro Popular do Nordeste, como também marcas *residuais* de várias obras de Gil Vicente na *Compadecida* de Ariano Suassuna.

Já n’“A intercessão de Nossa Senhora no *Auto da Compadecida*”, nos ocupamos dos *resíduos* na obra suassuniana provenientes dos trabalhos de Gautier de Coincy,

Gonzalo de Berceo, Rutebeuf, do Rei Afonso X, de Santo Alfonso Maria de'Liguori e das *laude cortonesi*.

No tópico “Os personagens”, observamos nos personagens da *Compadecida* traços *residuais* oriundos dos personagens da *commedia dell'arte* italiana, assim como do Corifeu e do Coro do teatro clássico grego. Confrontamos cangaceiros *versus* cavaleiros medievais no subtópico “Severino e Cangaceiro” e, em “João Grilo, um herói picaresco”, traçamos a trajetória do pícaro, desde os *resíduos* que fizeram surgir o *Lazarillo de Tormes* até o João Grilo da *Compadecida*. Nessa caminhada *residual* cruzaremos com o *Guzmán de Alfarache*, de Mateo Alemán, e com o *Buscón*, de Quevedo.

No “Término da trilha *residual* da *Compadecida*”, verificamos a contribuição de Ariano Suassuna para o enriquecimento da Cultura Brasileira, tanto na literatura, quanto nas artes em geral.

Nosso estudo mostra que obras não coetâneas podem ser lidas através de obras contemporâneas, como o *Auto da Compadecida*, e enfatiza a importância da teorização da *residualidade* nesse processo de leitura.

2. Pelos caminhos da *Residualidade* rumo à *Compadecida*

Muitos são os autores cujos textos foram e são analisados pelo prisma *residual*. Camões, José Saramago, Vinicius de Moraes, José Albano e Cecília Meireles, entre outros. Nesta seleta lista, também constam as obras de Ariano Suassuna, grande defensor e expoente da cultura nordestina e das manifestações populares.

Antes de aportarmos à *Compadecida*, focalizaremos pela lente *residual* outra obra de Suassuna: a *Farsa da Boa Preguiça*. Na “Advertência” da referida obra Suassuna escreve que o terceiro ato foi baseado num conto popular, o de “São Pedro e o queijo”. Na peça, Manuel Carpinteiro, Miguel Arcanjo e Simão Pedro disputam um queijo, perdido pelo rico Aderaldo. Manuel Carpinteiro sugere que, quem tiver o sonho mais bonito, fica com o queijo inteiro. Manuel sonha com toda a Corte celeste; Miguel, com Satanás, o Arcanjo decaído; Simão Pedro narra seu sonho: conta que enquanto Nosso Senhor estava no Céu e Miguel chefiava a legião dos Arcanjos, ele, pescador ignorante, ficou envergonhado de dar a duas pessoas tão notáveis um objeto tão grosseiro como um queijo. Então, sonâmbulo como sempre foi, pensa ter-se levantado porque, ao acordar, percebeu haver comido o queijo, pois encontrou somente as cascas.

Esse episódio dialoga com o *exemplum XIX* da *Disciplina Clericalis* de Petrus Alphonsus (1062-1110)³⁹: “*Exemplum de duobus burgensibus et rustico*”⁴⁰ (Dois

³⁹ ALPHONSUS, Petrus. [Trad. Jean Lauand] *apud* LAUAND, Jean. “‘Tout va très bien, madame la marquise’ - as Raízes Medievais do Humor ». In: *Revista Internacional d’Humanitats* Ano IX, n.10. São Paulo: CEMOrOC-FEUSP /Núcleo Humanidades-ESDC; Barcelona: Univ. Autònoma de Barcelona, 2006, pp. 26-27.

De acordo com informação do tradutor (cf. LAUAND, 1998, nota 2, p.241), o texto de Petrus Alphonsus “encontra-se em PL 157, 671 ss”. Além dessa indicação, Lauand informa ter seguido também “o original latino da edição de Ángel González Palencia, Madri-Granada, CSIC, 1948.

⁴⁰XIX. EXEMPLUM DE DUOBUS BURGENSIBUS ET RUSTICO

Dictum fuit de duobus burgensibus et rustico causa orationis Mech adeuntibus quod essent socii victus, donec venirent prope Mech, et tunc defecit illis cibus ita quod non remansit eis quicquam nisi tantum farinae qua solum panem et parvum facerent. Burgenses vero hoc videntes dixerunt ad invicem: Parum panis habemus, et noster multum comedit socius. Quapropter oportet nos habere consilium, quomodo sibi partem panis auferre possimus et quod nobiscum debet, soli comedamus. Deinde acceperunt consilium huiusmodi quod facerent panem et coquerent et dum coqueretur dormirent, et quisquis eorum mirabiliora somnians videret, solus panem comederet. Hoc artificiose dicebant, quia rusticum simplicem ad huiusmodi ficticia deputabant. Et fecerunt panem miseruntque in ignem, deinde iacuerunt ut dormirent. At rusticus percepta eorum astutia dormientibus sociis de igne extraxit panem semicoctum et comedit et iterum iacuit. Sed unus de burgensibus sicut sompno perterritus esset evigilavit sociumque vocavit. Cui alter de burgensibus ait: Quid habes? At ille inquit: Mirabile sompnum vidi: nam mihi visum erat quod duo angeli aperiebant portas caeli et me sumentes ante Deum ducebant. Cui socius: Mirabile est hoc sompnum quod vidisti. At ego sompniavi quod ego duobus angelis ducentibus et terram findentibus ducerer in infernum. Rusticus vero hoc totum audiebat et tamen se dormire fingebat. Sed burgenses decepti et decipere volentes ut evigilaret rusticum vocaverunt. Rusticus vero callide et sicut territus esset, respondit: Qui sunt qui me vocant? At illi: Socii tui sumus. Quibus rusticus: Rediistis iam? At ipsi contra: Quo perreximus, unde redire debeamus? Ad haec rusticus: Nunc

homens da cidade e um camponês) . Dois homens da cidade e um ingênuo camponês vão em peregrinação a Meca, quando percebem que só têm farinha para fazer um pequeno pedaço de pão. Então, os cidadãos, pensando num modo de se apropriarem da parte cabível ao camponês, combinam que todos devem dormir enquanto o pão cozinha e ao acordarem quem tiver o sonho mais bonito come sozinho o pão. O rústico, percebendo a artimanha, vê seus companheiros dormindo, pega o pão ainda mal cozido, come-o e volta a deitar-se. Despertos, o primeiro cidadão conta um sonho maravilhoso: dois anjos, abrindo as portas do Céu, o levaram à presença de Deus. O segundo conta que dois anjos, fazendo uma fenda na terra, levaram-no ao Inferno. Foi, portanto, um sonho admirável. Enquanto os dois conversavam, o camponês fingia estar dormindo. Chamado pelos companheiros, porém demonstrando espanto, diz: — *Mas vocês já voltaram? Engraçado... Tive a impressão de que dois anjos tomaram um de vocês e o levaram à presença de Deus; outros dois anjos conduziram o outro ao inferno. Então, pensando eu que os dois jamais voltariam, levantei-me e comi o pão.* Os que quiseram enganar saíram enganados. É como diz o brocardo: “Qui totum voluit, totum perdidit” (“Quem tudo quer, tudo perde”).

visum erat mihi quod duo angeli unum ex vobis accipiebant et aperiebant portas caeli ducebantque ante Deum; deinde alium accipiebant duo alii angeli et aperta terra ducebant in infernum. Et his visis putavi neminem vestrum iam [p. 28] amplius reditum et surrexi et panem comedi. – Et pater: O fili, sic evenit eis qui socium decipere voluerunt, quia suo ingenio decepti fuerunt. Tunc filius: Ita evenit eis, sicut in proverbio dictum est: Qui totum voluit, totum perdidit. Haec autem natura est canis, cui faverunt illi: quorum unus alii cibum auferre cupit. Sed si naturam cameli sequerentur, mitiorem naturam imitarentur. Nam talis est natura cameli, quando insimul datur praebenda multis, quod nullus eorum comedit, donec omnes insimul edant; et si unus ita infirmatur quod nequeat comedere, donec removeatur alii ieiunabunt. Et isti burgenses postquam volebant animalis naturam sibi assumere, mitissimi animalis naturam sibi debuissent vendicare; et merito cibum amiserunt. Quin etiam hoc eis evenisse voluissent, quod magistro meo narrante iam dudum audivi evenisse incisoris regis pro discipulo suo Nedui, videlicet quod fustibus caederentur. Pater ad haec: Dic mihi, fili, quid audisti? Quomodo contigit discipulo, quoniam talis narratio animi erit recreatio? Filius. [In: <http://www.vita-religiosa.de/latinsearch.php?search=&type=alles&limit=20&order=autor&start=600>, http://www.intratext.com/IXT/LAT0745/_PY.HTM]. Acesso: 01/05/2007.

Observemos a simetria existente entre o conto popular do Nordeste brasileiro narrado por Suassuna, e o conto do judeu convertido Petrus Alphonsus: a carência de alimento e os sonhos — o primeiro narrador vai ao Céu; o segundo, ao Inferno; e o mais rústico dos três fica com o alimento, comendo-o.

Mas esses dois escritos, o de Suassuna do século XX e o de Petrus Alphonsus do século XII, dialogam com a pequena peça *Os Estudantes e o Camponês*⁴¹, de autor anônimo, do século XI. Nesta, o enredo gira em torno de uma peregrinação de dois estudantes, à qual se junta um camponês por eles julgado simplório. Eles levam consigo uma torta, que acreditam dar para dois, mas não para três. Pensando em enganar facilmente o campônio, propõem: quem tiver o sonho mais bonito fica com a torta. O primeiro estudante sonha haver perambulado por zodíacos e constelações, pela “pulcritude dos céus empíreos e sidéreos”⁴². O segundo sonha haver percorrido o espaço mitológico nos braços de Morfeu. Assim, tinha contemplado as quatro furiosas Erínias e, ante ele, haviam desfilado todas as “versões e inversões da Hélade”⁴³. O camponês, então, comenta ter visto todas essas coisas e, como os dois não queriam voltar, comeu a torta.

Muda-se o alimento; muda-se a maneira de representar o Céu e o Inferno, mas a essência da narrativa continua a mesma: o rústico acaba enganando os dois companheiros que se julgavam sabidos. Percebe-se que esse conto estava *cristalizado* como narrativa dos que viveram entre os séculos XI e XII. O tema do camponês ingênuo que engana seus companheiros espertalhões é, com algumas variações, muito freqüente na literatura medieval e ainda hoje aparece *residualmente* em histórias e anedotas populares. Recordemos ter a educação na Idade Média utilizado muito a

⁴¹ In: LAUAND, Jean. *Op.cit.*, pp. 27-29.

⁴² *Idem, ibidem.*

⁴³ *Idem, ibidem.*

oralidade, principalmente os ditados e provérbios. “A Idade Média é o âmbito do popular. Onde quer que haja manifestações culturais espontâneas do povo, aí teremos uma aproximação da cultura medieval”, assevera Jean Lauand.⁴⁴

Ao converter-se à fé cristã em 1106, Petrus Alphonsus compôs a já citada *Disciplina Clericalis* visando à educação moral. No “Prólogo” deste trabalho, o autor explica que, por pretender tornar os ensinamentos “amenos, divertidos e mais acessíveis à memória” foi buscar muitos dos *exemplos*, nos quais faz comparações usando animais e aves, nos provérbios e fábulas, em boa parte provenientes da tradição árabe”.⁴⁵

Frisamos que *Disciplina Clericalis* é dos primórdios do século XII. Como podemos perceber, as fábulas, nas quais se insere o *exemplo* de dois citadinos e um rústico, já estavam *cristalizadas* na memória dos europeus de então. Mas como explicar sua utilização vários séculos depois, se o Brasil não viveu a Idade Média? Como explicar que, no limiar do século XXI, esse relato é considerado um conto popular do Nordeste brasileiro? Só há uma explicação. Esse conto, essas fábulas vieram, não na bagagem, mas na memória dos descobridores. Se não se espalharam no momento do descobrimento, isso ocorreu no período da colonização.

Na *Farsa da Boa Preguiça*, além do episódio de “S. Pedro e o Queijo”, Suassuna toma por base histórias populares tradicionais, como “O rico avarento”. E comenta: “A *Farsa da boa preguiça*, como já aconteceu com outras peças minhas, foi escrita com

⁴⁴ *Idem, ibidem.*

⁴⁵ PROLOGUS: Propterea ergo libellum compegi, partim ex proverbiiis philosophorum et suis castigationibus, partim ex proverbiiis et castigationibus Arabicis et fabulis et versibus, partim ex animalium et volucrum similitudinibus. Modum tamen consideravi, ne si plura necessariis scripserim, scripta oneri potius sint lectori quam subsidia, ut legentibus et audientibus sint desiderium et occasio ediscendi. [Obs.: No texto, apresentamos tradução do professor Jean Lauand, *op.cit.*]

<http://www.vita-religiosa.de/latinsearch.php?search=&type=alles&limit=20&order=autor&start=600>
http://www.intratext.com/IXT/LAT0745/_P1.HTM. Acesso: 01/05/2007.

base em histórias populares nordestinas”.⁴⁶ Já nas notas postas em *O santo e a porca*, fala sobre o que procura alcançar com a sua escrita:

O que eu procuro atingir, portanto, é, se não a verdade do mundo, a verdade do meu mundo (...). Procuro me aproximar dele com as histórias, os mitos, os personagens, as cabras, o planalto seco e frio de minha região parda, pedregosa e empoeirada. Esta visão ardente — grosseira e harmoniosa, ao mesmo tempo — é o cerne para onde se dirige meu trabalho de escritor.⁴⁷

No prefácio de *Uma mulher vestida de sol* Suassuna comenta que, aos vinte anos de idade, numa conferência escrita em 1948 e “publicada por partes em 1949, no suplemento do “Jornal do Commercio”⁴⁸, salientava “a semelhança existente entre a terra da Espanha e o sertão, o romanceiro ibérico e o nordestino”.⁴⁹

Assim fica fácil compreender a constatação de Henrique Oscar, ao enquadrar a *Compadecida* na tradição das peças da Idade Média. Há sempre uma relação entre criação — artística, literária etc. — e sociedade: a obra de um autor está intimamente relacionada com o contexto em que o artista se insere e expressa a *mentalidade* de seu tempo.

O autor apresenta muitos *resíduos* de outras épocas, que serão analisados mais profundamente no segundo capítulo deste trabalho. Antes de fazê-lo, é importante discorrermos sobre os conceitos operativos da *Residualidade*, tema do próximo subtópico.

⁴⁶ SUASSUNA, Ariano. “Advertência”. In: ----- . *Farsa da boa preguiça*. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005, p. 35.

⁴⁷ SUASSUNA, Ariano. “Nota do autor”. In: ----- . *O santo e a porca*. 11ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005, p. 26.

⁴⁸ SUASSUNA, Ariano. “Prefácio do autor”. In: SUASSUNA, Ariano. *Uma mulher vestida de sol*. Recife: Universidade do Recife, Imprensa Universitária, 1964, p. 13.

⁴⁹ *Op.cit.*, p. 13.

2.1. Conceitos operativos da *Teoria da Residualidade*

Quando escrevi o Auto da Compadecida, eu era inteiramente desconhecido. Nunca pensei que a peça saísse do Recife. Naquela época eu escrevia uma peça por ano, que jamais era montada ou editada, com uma única exceção. De repente, foi aquela acolhida no Brasil, até chegar à Europa. Lembro que, na época das montagens francesa e espanhola, duas críticas me chamaram a atenção. O crítico francês escreveu que a história do enterro do cachorro já tinha sido usada por um contemporâneo dele; o espanhol observou que a história do cavalo que defecava dinheiro aparecia numa versão semelhante em nada menos que no Dom Quixote, de Miguel de Cervantes. [...] O francês pensava que era uma história popular do seu país, o espanhol pensava que a origem estava na novela picaresca espanhola — até que outro crítico espanhol mostrou que ambas eram do século XV. Tinham vindo do norte da África, com os árabes, alcançado a Península Ibérica e de lá vieram parar no Nordeste brasileiro.⁵⁰

Tudo que escrevemos está intimamente relacionado aos nossos conhecimentos prévios. Se nossos escritos deixam transparecer um símbolo ou um tema usado em remotas eras, fato esse que, no momento da escrita, não era do nosso conhecimento — como aconteceu com Ariano Suassuna no momento de escrever o *Auto da Compadecida*, segundo o relato em epígrafe —, isso se deve ao fato de que esse símbolo em algum momento entrou na composição de nossa bagagem de experiências. Às vezes o identificamos como algo ouvido na infância, algo contado por nossos avós, e nos surpreendemos ao saber que surgiram há séculos. Aí, percebemos que, involuntariamente, fizemos-lhe tão-somente uma atualização. E nos damos conta de ter esse símbolo chegado à contemporaneidade porque se manteve vivo nas memórias coletivas de várias gerações. É um *resíduo* de uma época anterior.

No ensaio intitulado *Residualidade e Mentalidade Trovadorescas no Romance de Clara Menina*, Roberto Pontes desperta-nos a atenção para a *persistência do trovadorismo galego-português nos poemas populares do Nordeste brasileiro*, como

⁵⁰ *Cadernos de Literatura Brasileira*, nº 10. São Paulo: Instituto Moreira Salles, novembro de 2000, p. 25.

também para os *vestígios remanescentes da cultura ibérica* não apenas no Nordeste, mas em outras regiões brasileiras. Roberto Pontes, num enfoque próprio, conceitua esses vestígios de *cultura residual* ou *residualidade cultural*. Comenta o teórico:

Os termos *resíduo*, *residual* e *residualidade* têm sido empregados relativamente ao que resta ou remanesce, na Física, Química, Medicina, Hidrografia, Geologia, e outras ciências, mas na Literatura (história, teoria, crítica e ensaística) quase não se tem feito uso dos mesmos.

Ora, todos sabemos que a transmissão dos padrões culturais se dá através do contato entre povos no processo civilizatório. Assim, pois, com os primeiros portugueses aqui chegados com a missão de firmar o domínio do império luso nos trópicos americanos, não vieram em seus malotes volumes *d’Os Lusíadas* nem das *Rimas* de Luis de Camões, publicados em edições princeps apenas, respectivamente, em 1572 e 1595.

Na bagagem nos nautas, degredados, colonos, soldados e nobres aportados em nosso litoral, entretanto, se não vieram exemplares impressos de romances populares da Península Ibérica nem os provenientes da Inglaterra, Alemanha e França, pelo menos aqueles homens trouxeram gravados na memória os que divulgaram pela reprodução oral das narrativas em verso.

Assim, desde cedo, e à míngua de uma Idade Média que nos faltou, recebemos um repositório de composições mais do que representativo da Literatura oral de extração geográfica e histórica cujas raízes estão postas na Europa ibérica do final da Idade Média, justamente quando ganhavam definição as línguas românicas⁵¹.

Essa citação nos permite tanto visualizar a *residualidade* quanto extrair seus conceitos básicos: a) partindo da constatação das diversas áreas em que o termo *resíduo* é usado, chama-nos a atenção para o fato de o mesmo não ocorrer na Literatura. Assim o teórico desperta o leitor para o estudo do novo método; b) ao observar que “a transmissão dos padrões culturais se dá através do contato entre povos no processo civilizatório”, apresenta o processo da *hibridação cultural* e das *mentalidades*; c) quando comenta que “os romances populares da Península Ibérica” vieram “gravados na memória” dos “nautas, degredados, colonos, soldados e nobres aportados em nosso

⁵¹ PONTES, Roberto. *Residualidade e Mentalidade Trovadoresca no Romance de Clara Menina*. Rio de Janeiro: Comunicação ao III Encontro Internacional de Estudos Medievais, 1999.

litoral” e posteriormente divulgados “pela reprodução oral das narrativas em verso”, passa-nos os conceitos da *cristalização* — “gravados na memória” — e da atualização dos *resíduos* — “reprodução oral das narrativas em verso”. Atualizações essas que vamos encontrar nas três partes do *Auto da Compadecida*, as quais, numa polifonia de vozes, dialogam com os romances populares da Península Ibérica e do Nordeste brasileiro.

A *residualidade* se caracteriza principalmente pelo que remanesce de uma época em outra. Outra característica está no fato de a *residualidade* não se restringir ao fator tempo: compreende também a categoria espaço, pela qual identificamos a *hibridação cultural* de crenças e costumes.

Resumindo, a *Teoria da Residualidade*:

- a. Analisa elementos presentes em uma cultura literária, oriundos de outras. Essas outras culturas podem ser originárias de um mesmo ou de distintos países;
- b. Parte da constatação de que cada etapa da cadeia evolutiva apresenta vestígios de etapas anteriores, vestígios esses denominados *resíduos*, na *Teoria*;
- c. Estuda os *resíduos* na Literatura e na Cultura;
- d. Trabalha com os seguintes conceitos operativos: *resíduo*, *cristalização*, *mentalidade* e *hibridismo cultural*. Esses conceitos estão interligados e os abordaremos separadamente apenas para clarificá-los.

2.1.1 *Resíduo, residual, residualidade*

*O “residual”, por definição, foi efetivamente formado no passado, mas ainda está vivo no processo cultural, não só como um elemento do passado, mas como um elemento efetivo do presente.*⁵²

A epígrafe em pauta serve de base ao método investigativo de Roberto Pontes, uma vez que apresenta o passado como um *resíduo* vivo no presente.

Se observarmos as áreas e ciências em que o termo *resíduo* é empregado para designar algo que *remanesce*, portanto, algo que vem do passado e permanece no presente.

O *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* apresenta, entre outras, as seguintes definições para *resíduo*: 1) na Química: a parte insolúvel depois da filtração; a substância que resta após uma operação e que ainda pode ser aproveitada; 2) na Física: diferença entre o resultado de uma medição e o valor mais provável da grandeza que medimos; 3) juridicamente, significa os remanescentes dos bens legados, restituídos ao beneficiário da disposição testamentária; 4) no mundo das finanças, temos *resíduos* ativos, que correspondem às receitas provenientes de impostos lançados e não arrecadados no exercício próprio, e *resíduos* passivos, que são as despesas empenhadas e liquidadas que não foram, todavia, reclamadas no exercício próprio.⁵³

No referido dicionário há ainda outras acepções, das quais destacamos a que define *resíduos* como *restos sobreviventes de crenças antiquadas na mentalidade moderna*. Com este significado, Affonso Ávila emprega o referido termo em *Resíduos seiscientistas em Minas*:

⁵² WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 125.

⁵³ In: *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.1049.

Incorporando, pois, nessa perspectiva, o barroco ao quadro geral de nossas heranças, compreenderemos melhor não só o complexo da arte colonial do século XVIII, ainda condicionada pela dependência política e intelectual, como também muitos dos *resíduos* de feição ideológico, religioso ou ético que conformam a cultura brasileira e o nosso comportamento social ao longo de todo um lento processo de evolução⁵⁴.

Nesse fragmento textual, Ávila se aproxima da *Teoria da Residualidade*, ao reconhecer a presença de *resíduos* tanto na formação da nossa cultura quanto no nosso comportamento social, observando-os *ao longo de todo um lento processo de evolução*.

Temos reiterado que a *residualidade* refere-se ao que subsiste a mudanças culturais; temos salientado que o *resíduo* é dotado de força e vigor e, sendo assim, significa a presença de *atitudes* da *mentalidade* arraigadas no passado. No entanto, alguns *dados mentais* são indicadores de algo em devir. No capítulo intitulado “Para o estudo da superstição”, em *Tradição, Ciência do Povo*, ao escrever sobre persuasão e convicção na valorização de *resíduos mentais*, Câmara Cascudo fala dessas atitudes indicadoras do futuro. O etnólogo deixa claro:

O *intellectus* e o *intelligere* são processos de fusão, de integração, elaboração de síntese de novos com os antigos dados da mentalidade, uma coordenação cujo milagre está no volume utilizável nesse ajustamento. Ficamos com o material futuramente aproveitável na mecânica do raciocínio, o *eliminável* não se exclui. Permanece, aposentado nos escuros escaninhos, aguardando o momento da ressurreição útil. *Bem sabia... sempre desconfiei... pensava comigo*, são frases denunciadoras da revalorização desses resíduos.⁵⁵

Nesta assertiva observamos que para Câmara Cascudo o *resíduo* não perde sua essência: permanece latente, aguardando o momento de sua utilização, de sua *ressurreição útil*. Nesse processo, ocorre a *elaboração de síntese* dos novos dados com os antigos dados da *mentalidade*. A *atitude mental* indicadora do futuro é o *material*

⁵⁴ ÁVILA, Affonso. *Resíduos seiscentistas em Minas*. V.1. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1967, p. 5.

⁵⁵ CASCUDO, Luís da Câmara. *Tradição, Ciência do Povo*. São Paulo: Perspectiva, 1971, p. 156.

futuramente aproveitável na mecânica do raciocínio. Nesse momento se dá a atualização, a *revalorização do resíduo*.

É na nova obra que o *resíduo* se manifesta. Às vezes, o próprio autor não pode aferi-lo, pois utiliza algo que já está *cristalizado*. Não obstante, um leitor de sua obra pode nela identificar *resíduos* de culturas anteriores. Contudo, não se trata de algo *residual* supostamente perdido no tempo, mas de trocas que se dão no devir cultural.

O *residual* não se confunde com o *arcaico*. Ambos se constituem de elementos oriundos do passado, mas, enquanto o *residual* continua com bastante vigor, o *arcaico* é conscientemente revivificado⁵⁶.

Raymond Williams fala sobre o *arcaico* diferenciando-o do *residual*, cuja definição encontra-se transcrita na epígrafe do presente tópico:

Por “residual” quero dizer alguma coisa diferente do “arcaico”, embora na prática seja difícil, com frequência, distingui-los. Qualquer cultura inclui elementos disponíveis do seu passado, mas seu lugar no processo cultural contemporâneo é profundamente variável. Eu chamaria de “arcaico” aquilo que é totalmente reconhecido como um elemento do passado, a ser observado, examinado, ou mesmo ocasionalmente, a ser “revivido” de maneira consciente, de uma forma deliberadamente especializante.⁵⁷

Após argumentar que o *residual* continua vivo no processo cultural e que é, portanto, um elemento efetivo do presente, Williams complementa:

Assim, certas experiências, significados e valores não se podem expressar, ou verificar substancialmente, em termos da cultura dominante, ainda são vividos e praticados à base do *resíduo* — cultural bem como social — de uma instituição ou formação social e cultural anterior.⁵⁸

⁵⁶ Roberto Pontes entende o arcaico, na cultura, como o equivalente do fóssil na natureza, mais precisamente, na fossilização geológica, na qual não há mais possibilidade de voltar a vigorar.

⁵⁷ WILLIAMS, Raymond. *Op.cit.*, p. 25.

⁵⁸ *Idem, ibidem*.

Para exemplificar: Ariano Suassuna comenta ter elaborado *A história do amor de Fernando e Isaura* seguindo uma sugestão de seu amigo Francisco Brennand, a de que ele escrevesse uma versão brasileira do *Romance de Tristão e Isolda*. Partindo dessa premissa, temos a atualização de um tema a que Williams denominou *arcaico*, pois “revivido” conscientemente. No entanto, sabemos que o ciclo de Tristão se deu no século XII, mas tanto o poema de Béroul quanto a versão de Thomas foram *resíduos* de uma lenda celta do século IX. Sendo assim, *A história do amor de Fernando e Isaura* apresenta *temática residual desta lenda narrada na Alta Idade Média*.

Resumindo, o *resíduo*:

- a. Refere-se a certas *formações mentais* que persistem através de “longas durações”;
- b. É dotado de extremo vigor e não se confunde com o arcaico;
- c. É uma expressão surgida com a força do novo porque é uma *cristalização*;
- d. É aquilo que *remanesce* de uma época para outra e tem a força de criar de novo toda uma cultura, toda uma obra;
- e. É aquilo que resta de alguma cultura, mas não como material morto e, sim, como material que tem vida, porque continua a ser valorizado e vai infundir vida numa obra nova.

2.1.2 Cristalização

“Há três modos proeminentes da cristalização: A primeira, cristalização a partir de uma solução é a mais familiar em nossa experiência comum. Consideremos, por exemplo, uma solução de cloreto de sódio (sal comum) em água. Suponhamos que pela

*evaporação a água escape lentamente. (...) Se as condições são arranjadas de tal forma que a evaporação da água progrida muito vagarosamente, a separação do sal em forma sólida progredirá igualmente de maneira vagarosa e resultarão cristais definidos. (...) O exemplo mais familiar [do segundo modo] de cristalização a partir da massa em fusão é a formação de cristais de gelo, quando a água se congela.(...) Quando a temperatura é abaixada suficientemente, a água não pode permanecer líquida por mais tempo e torna-se sólida, cristalizando-se em gelo. (...) O terceiro modo de formação dos cristais, aquele em que os cristais são produzidos a partir de um vapor é menos comum do que os outros dois descritos acima. (...) O exemplo mais comum deste modo de cristalização é a formação dos flocos de neve: o ar carregado de vapor resfria-se e os cristais de neve formam-se diretamente a partir do vapor”.*⁵⁹

A formação dos cristais, que sempre é resultante de um processo, é bastante pesquisada pela Cristalografia, ramo da Mineralogia que, devido a seu desenvolvimento, “*tornou-se uma ciência separada que lida não somente com minerais, mas também com toda substância cristalina*”.⁶⁰ Servimo-nos da citação de James Dana, um estudioso da mineralogia, para fazermos um paralelo com sua abordagem em comentários e estudos literários.

Na Literatura, a *cristalização* também é resultante de um processo. Muitos foram os autores que perceberam e usaram em críticas literárias o termo *cristalizar* e seus derivados, sem, contudo, aprofundar o estudo do termo. Um dos que fizeram uso desse termo foi Roberto de Oliveira Brandão, no prefácio de *A Poética Clássica*. Em *Três Momentos da Retórica Antiga*, ao comentar a *Epistola ad Pisones*, de Horácio — obra escrita nos últimos anos da vida do autor, por volta dos anos 14-13 a. C. —, o prefaciador traça as direções básicas do pensamento horaciano, que são, entre outras, a procura da perfeição, a busca do equilíbrio expressivo e a valorização da poesia contemporânea, e acrescenta que “tais aspectos inserem-se no sentido pragmático que

⁵⁹ DANA, James D. *Manual de mineralogia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1983, pp. 5-7.

⁶⁰ *Idem, ibidem*, p.4.

foi sendo forjado pelo pensamento romano e se *cristalizarão* nas frases e expressões de certa maneira emblemáticas contidas na *Ars Poética*, nome cunhado por Quintiliano e pelo qual ficou conhecida a referida Epístola”⁶¹. Em outro momento, ao referir-se a um aspecto particular do pensamento de Horácio, comenta que “a busca de perfeição pelo trabalho constante combina-se com a recusa às formas já *cristalizadas*. Nesse sentido seu classicismo, ao acentuar o fator trabalho, opõe-se a certas tendências posteriores de ver no classicismo não a busca de perfeição, mas a reprodução das formas de perfeição já atingidas”⁶². Percebemos nessas duas passagens que Brandão usa os termos *cristalizarão* e *cristalizadas* como resultantes de um processo: o primeiro, aludindo às frases e expressões contidas na *Epístola ad Pisones* como resultante do *sentido pragmático que foi sendo forjado pelo pensamento romano*; e o segundo, mostrando-nos que Horácio, em sua busca permanente pela expressão exata, recusava os valores preestabelecidos, as formas então atingidas, isto é, *cristalizadas*.

Se a Cristalografia analisa a *cristalização* a partir ou de uma solução, ou da massa em fusão ou de um vapor, a *Teoria da Residualidade* analisa a *cristalização literária* a partir da *memória coletiva*.

Foi Maurice Halbwachs (1877-1944) quem cunhou a expressão *memória coletiva* em *Les cadres sociaux de la mémoire*. Iniciando o prefácio intitulado “Avant-propos”⁶³, Halbwachs relembra uma história um tanto folhetinesca publicada em 1849 num antigo volume de *Magasin pittoresque*. Nessa revista, o autor da matéria informa ter-se baseado num pequeno opúsculo de 1755. Trata-se da história de uma garota entre nove a dez anos de idade encontrada nos bosques próximos a Châlons, em 1731. Ela não sabia

⁶¹ BRANDÃO, Roberto de Oliveira. “Três Momentos da Retórica Antiga”. In: ARISTÓTELES, HORÁCIO & LONGINO. *A Poética Clássica*. São Paulo: Cultrix, 1997, p. 6.

⁶² BRANDÃO, Roberto de Oliveira. *Op.cit.*, p. 5.

⁶³ HALBWACHS, Maurice. “Avant-propos”. In: -----, *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Librairie Félix Alcan, 1925, p. VII.

dizer onde havia nascido nem de onde vinha. Não guardara nenhuma lembrança da infância. Todavia, analisando-se alguns detalhes dados por ela, chegou-se à conclusão de que ela provavelmente nascera no norte da Europa, numa aldeia de esquimós tendo sido, de lá, transportada para as Antilhas, e daí para a França. Ela assegurou haver atravessado, por duas vezes, vasta extensão de mar e parecia ficar comovida ao ver imagens de cabanas ou barcos de esquimós, de focas ou de algum produto de ilhas americanas. Ela supunha ter sido escrava e que seus donos a fizeram embarcar. Halbwachs comenta que, com nove ou dez anos, uma criança tem muitas lembranças recentes ou antigas. E pergunta: de que se lembrará “se for bruscamente separada dos seus, transportada a um país onde não se fala a sua língua, onde nada lhe é familiar, nem o aspecto das pessoas, nem os lugares, nem os costumes”⁶⁴? Partindo desse exemplo, Halbwachs observa que, muito certamente, o maior número de nossas recordações é referente a nossos pais, a nossos amigos e a outras pessoas com as quais convivemos. Para compreender essas operações mentais, o autor reconhece ser necessário levar em conta não apenas o indivíduo, mas também os vínculos que o ligam à sociedade de seus semelhantes.⁶⁵ E complementa: « C’est en ce sens qu’il existerait une mémoire collective et des cadres sociaux de la mémoire, et c’est dans la mesure où notre pensée individuelle se replace dans ce cadres et participe à cette mémoire qu’elle serait capable de se souvenir ». ⁶⁶

Esses quadros sociais da memória relacionados a diferentes grupos sociais, como a família, são quadros específicos. Halbwachs considera que os grupos sociais criam um sistema global de passado o qual permite a recordação individual e coletiva. Além

⁶⁴ HALBWACHS, Maurice. “Avant-propos”. In: ----- . *Op.cit*, p. VIII.

⁶⁵ HALBWACHS, Maurice. *Op.cit*, p. VIII.

⁶⁶ [É neste sentido que existirá uma memória coletiva e os quadros sociais da memória. Nosso pensamento individual será capaz de lembranças na medida em que estes quadros se reconstruam e participam dessa memória.] HALBWACHS, Maurice. *Op.cit.*, p. VIII

desses quadros específicos, o autor cita os quadros gerais ligados ao tempo, ao espaço e à linguagem.

No primeiro capítulo de *La mémoire collective* (obra póstuma) intitulado *Mémoire collective et mémoire individuelle*, no tópico “Le souvenir individuel comme limite des interférences collectives”, Halbwachs aprofunda as reflexões sobre a força da memória individual incorporada à memória coletiva:

La mémoire collective se distingue de l’histoire au moins sous deux rapports. C’est un courant de pensée continu, d’une continuité qui n’a rien d’artificiel, puisqu’elle ne retient du passé que ce qui en est encore vivant ou capable de vivre dans la conscience du groupe qui l’entretient. Par définition, elle ne dépasse pas les limites de ce groupe. L’histoire divise la suite des siècles en périodes, comme on distribue la matière d’une tragédie en plusieurs actes.⁶⁷

No capítulo seguinte, *Mémoire collective et mémoire historique*, no tópico “Opposition finale entre la mémoire collective et l’histoire”, o referido autor faz a distinção entre Memória Coletiva e História⁶⁸:

En réalité, dans le développement continu de la mémoire collective, il n’y a pas de lignes de séparation nettement tracées, comme dans l’histoire, mais seulement des limites irrégulières et incertaines. Le présent (entendu comme s’étendant sur une certaine durée, celle qui intéresse la société d’aujourd’hui) ne s’oppose pas au passé comme se distinguent deux périodes historiques voisines. Car le passé n’existe plus, tandis que, pour l’historien, les deux périodes ont autant de réalité l’une que l’autre.⁶⁹

⁶⁷ [A Memória Coletiva se distingue da História pelo menos em dois aspectos. É uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que não tem nada de artificial, posto que ela [a memória] nada retém do passado, a não ser o que ainda está vivo, ou seja, capaz de permanecer vivo na consciência do grupo que a mantém. Por definição, ela não ultrapassa os limites deste grupo. A História divide a sucessão dos séculos em períodos, como quem distribui a matéria de uma tragédia em vários atos.] HALBWACHS, Maurice. *Op.cit.*, p. 71.

⁶⁸ HALBWACHS, Maurice. “Opposition finale entre la mémoire collective et l’histoire”. In : -----, *La mémoire collective*. Deuxième édition revue et augmentée. Paris: Presses Universitaires de France, 1968. pp. 70-71.

⁶⁹ [Na realidade, no desenvolvimento contínuo da Memória Coletiva, não há linhas de separação nitidamente traçadas, como na História, mas somente os limites irregulares e incertos. O presente (entendido como uma determinada duração, aquela que interessa à sociedade de hoje) não se opõe ao

Já para Michael Pollack⁷⁰, a memória coletiva reveste-se de caráter quase institucional, devido a seus valores intrínsecos, como a duração, a continuidade e a estabilidade. Pollack relaciona como pontos de referência indicadores da memória coletiva: os monumentos, o patrimônio arquitetônico e seu estilo, as paisagens, as datas e personagens históricas, o folclore, a música e as tradições culinárias. Neste sentido, a opinião de Pollack comunga com a opinião de Pierre Nora, historiador francês que coordenou a obra *Os lugares de memória (Les lieux de mémoire)*.⁷¹

Na “Apresentação” do primeiro tomo, *La République*, Nora faz uma justificativa da obra ao comentar:

La disparition rapide de notre mémoire nationale m'avait semblé appeler un inventaire des lieux où elle s'est électivement incarnée et qui, par la volonté des hommes ou le travail des siècles, en sont restés comme les plus éclatants symboles : fêtes, emblèmes, monuments et commémorations, mais aussi éloges, dictionnaires et musées.⁷²

Esse pensamento será reiterado quando da apresentação dos três volumes de *Les France*, em 1993 (Vide nota 77). No artigo “*Les lieux de mémoire*, dez anos depois”, Armelle Enders⁷³ comenta que, nessa ocasião, Pierre Nora definiu “lugar de memória” como “toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, da qual a vontade dos

passado como se distinguem dois períodos históricos vizinhos. Porque o passado não existe mais, ao passo que, para o historiador, os dois períodos são reais, tanto um quanto o outro.] HALBWACHS, Maurice. *Op.cit.*, p. 73.

⁷⁰ POLLACK, M. (1989, p. 3) *apud* PONTES, Roberto. “Três modos de tratar a memória coletiva nacional”. Comunicação. Anais do II Congresso da ABRALIC. BH, 1991, p. 144.

⁷¹ É o seguinte o plano geral de *Les lieux de la mémoire*:

Tomo I: *La République*;

Tomo II : Três volumes de *La Nation* (Vol. I – 1. *Héritages* ; 2. *Historiographie* ; 3. *Paysages*. Vol. II – 1. *Le territoire* ; 2. *L'Etat*; 3. *Le patrimoine*. Vol. 3 – 1. *La gloire*; 2. *Les mots*).

Tomo III: Três volumes de *Les France*. Vol. I - *Conflits et partages*. Vol. II – *Traditions*. Vol. III - *De l'archive à l'emblème*.

⁷² [O desaparecimento rápido de nossa memória nacional me parecera pedir um inventário dos lugares onde ela está personificada e que, pela vontade dos homens ou o trabalho dos séculos, remanescem como os mais esplendorosos símbolos: festas, emblemas, monumentos e comemorações, mas também elogios, dicionários e museus.] NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984, p.VII.

⁷³ ENDERS, Armelle. “*Les lieux de mémoire*, dez anos depois”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV/RJ – CPDOC, vol.6, revista n.11, 1993, pp. 128-137. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/119.pdf>. Acesso em 24/10/2007.

homens ou o trabalho do tempo fez um elemento simbólico do patrimônio da memória de uma comunidade qualquer”.⁷⁴ A autora acrescenta: “o ‘lugar de memória’ pode ser concebido como um ponto em torno do qual se *cristaliza*”⁷⁵ uma parte da memória nacional”.

Armelle Enders observa ainda a “impressionante série de textos e declarações” nos quais Pierre Nora busca precisar a expressão “lugares de memória”⁷⁶. Em seu artigo, Enders esclarece como Nora tomou emprestada a *De oratore* de Cícero essa figura retórica do *locus memorie*, na qual se associa uma idéia a um lugar, transformando-o em símbolo.

Esses *locus memorie* aparecem nos três tomos de *Les lieux de mémoire*. Em *La République*, por exemplo, eles estão em “Symboles” — como *La Marseillaise*, artigo de Michel Vovelle —, em “Monuments” — *Le Panthéon*, de Mona Ozouf —, em “Pédagogie” — *Le Grand Dictionnaire de Pierre Larousse*, de Pascal Ory) —, em “Commemorations” — *Les centenaires de Voltaire et de Rousseau*, de Jean-Maria Goulemot e Éric Walter — e em “Contre-mémoire” — *Le mur des Fédérés*, de Madeleine Rebérioux —, apenas para tomar um *lieu* como referência em cada capítulo.

Nesse primeiro tomo, em “Entre Mémoire et Histoire – La problématique des lieux”, capítulo introdutório do referido volume, Nora sublinha: “Les lieux de mémoire, ce sont d’abord des restes”⁷⁷, isto é, *resíduos*.

⁷⁴ ENDERS, Armelle. “*Les lieux de mémoire*, dez anos depois”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV/RJ – CPDOC, vol.6, revista n.11, 1993, pp. 128-137. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arg/119.pdf>. Acesso em 24/10/2007.

⁷⁵ Grifo nosso, pois, como já o dissemos, Roberto Pontes trabalha a *cristalização* justamente a partir da memória coletiva.

⁷⁶ ENDERS, Armelle. *Op.cit.*

⁷⁷ [Os lugares de memória são, antes de tudo, restos.] NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984, p. XXIV.

Esses comentários feitos em relação ao plano geral de *Les lieux de mémoire* tem por finalidade, além de mostrar a aproximação dos conceitos de Pollak e Nora, observar que Roberto Pontes percorre um caminho semelhante: o da ênfase do papel desempenhado pela memória coletiva na construção da identidade nacional.

Roberto Pontes considera que a memória coletiva e a memória autobiográfica, aparentemente opostas, interpenetram-se e se completam na malha da memória comum. Ambas recorrem à reconstrução das lembranças, que repousam no “repertório coletivo de tradições”.⁷⁸

Estudando a *cristalização* como um dos três modos de tratar a *memória coletiva* — os outros dois são o *registro*⁷⁹ e o *estereótipo*⁸⁰ —, Pontes esclarece:

O nível da *cristalização* apropria o material gerado pelas camadas dominadas do povo e a obra daí surgida já é do nível culto, semi-clássica ou clássica, processo pelo qual se constrói um repertório com raízes na *memória coletiva nacional*. As obras assim surgidas incorporam *resíduos* os mais remotos, e são vazadas numa linguagem coerente com aquilo que exprimem. Nelas materializa-se uma visão do mundo representativa da identidade nacional, universo simbólico que confronta e resiste à homogeneização imposta pelos centros internacionais produtores da cultura de massa, fundada na teletecnologia, padronizadora por excelência. (...)

Roberto Pontes deve o conceito de *cristalização* ao sociólogo Guerreiro Ramos, que em 1939 cunhou o termo no sentido ora adotado pela *Teoria da Residualidade*.

⁷⁸ PONTES, Roberto. “Três modos de tratar a memória coletiva nacional”. Comunicação. Anais do II Congresso da Associação Brasileira de Literatura Comparada. ABRALIC. BH, 1991, pp. 142-155.

⁷⁹ Primeiro nível de tratamento da *memória coletiva*, o *registro* refere-se ao esforço para preservar a *memória nacional* e depende muito do aparelho estatal, visto que implica em “documentar para preservar; ou preservar o acervo dos bens públicos culturais existentes em território brasileiro; tombar legalmente os de inestimável valor histórico”, entre outros. (PONTES, Roberto. “Três modos de tratar a memória coletiva nacional”. Comunicação. Anais do II Congresso da Associação Brasileira de Literatura Comparada. ABRALIC. BH, 1991)

⁸⁰ O nível do *estereótipo* “se manifesta através do intelectual escolarizado, de sensibilidade apurada, mas o tratamento então dado à cultura popular fica no plano da deformação, sobretudo porque a linguagem e a visão do mundo nesta contida soam falsas para a classe a que se destinam. As produções chegam a ser interessantes, porém não superam o grau de caricatura.” (*Idem, ibidem*)

Ao perceber que a arte musical clássica se fundamenta no contingente popular, pelo qual podemos diferenciar as artes nacionais, o sociólogo faz o seguinte comentário:

A música de Beethoven, de Chopin e Schubert está cheia de motivos nos quais o ouvido arguto encontrará o rastro do povo. E assim sucede com toda arte. Toda visão grega do mundo está cristalizada em Homero, como a medieval em Dante, a renascentista em Shakespeare, e a contemporânea, talvez em Dostoiévski e Proust⁸¹.

Em suas investigações sobre a *cristalização*, Roberto Pontes baseia-se também na opinião de Ernst Fischer, que vê o cristal não como algo acabado, tampouco a encarnação rígida de uma idéia, de uma forma, e sim, como “o resultado efêmero de modificações contínuas das condições materiais”.⁸²

Um bom exemplo de *cristalização* nos é apresentado por Câmara Cascudo, quando relembra fato ocorrido na manhã de 09 de agosto de 1951, em Natal, Rio Grande do Norte, com um pedreiro seu conhecido, Mariano dos Santos. Relembra o etnólogo um ato jurídico permitido outrora, mas ausente da contemporaneidade.

Nesse dia, o pedreiro foi detido pela polícia, por ter arrancado a porta da casa de um dos seus inquilinos. Esse acontecimento fez Câmara Cascudo lembrar-se de outro semelhante, ocorrido em 1812 numa povoação do município de Augusto Severo, no referido Estado. Nessa ocasião, um credor, após esgotados os pedidos de pagamento, foi à residência do devedor e lhe arrancou a porta de casa, levando-a. O etnólogo nos conta que desconhecia “tratar-se de um uso jurídico que os velhos forais do século XII autorizavam. No foral de Balneo, terra de Alafões, concedido em 1152 pelo rei D. Afonso Henriques, lê-se: ‘Quando algum dos ditos moradores for chamado para fazer

⁸¹ RAMOS, Guerreiro. *Introdução à cultura*. Cruzada Boa Imprensa, 1939, *apud* PONTES, Roberto. “Três modos de tratar a memória coletiva nacional”. Comunicação. Anais do II Congresso da Associação Brasileira de Literatura Comparada. ABRALIC. BH, 1991, p. 151.

⁸² FISCHER, Ernst. *A Necessidade da Arte*. Lisboa: Pelicano, 1963, *apud* PONTES, Roberto. “Residualidade e Mentalidade Trovadorescas no *Romance de Clara Menina*”. Rio de Janeiro: Comunicação ao III Encontro Internacional de Estudos Medievais, 1999b, p. 31, nota de rodapé.

emenda e não quiser comparecer, tirem-lhe a porta da casa...' (Alexandre Herculano, *História de Portugal*, VII, 121 ed. 1916)".⁸³

Prossegue o etnólogo:

"Curioso é que esse direito consuetudinário tenha resistido na memória popular, não no imperativo, legal, mas expressão reivindicadora de posse, revivido num ato de homem brasileiro no alto sertão do Rio Grande do Norte e na capital do Estado, numa distância de oitocentos anos" — (Luís da Câmara Cascudo, *Leges et Consuetudines nos Costumes do Brasil*, Miscelânea de Estudos dedicados al Dr. Fernando Artiz etc . I, 335, La Habana, 1955).⁸⁴

Câmara Cascudo pressente a *cristalização* do *resíduo* quando observa ter "esse direito consuetudinário resistido na memória popular". Ele a pressente quando pergunta a si mesmo ou a nós, leitores, se o ocorrido foi uma "invenção pessoal, coincidência na resolução ou reminiscência instintiva". O etnólogo não exclui a possibilidade de ter havido uma coincidência entre o foral de Balneo e o fato ocorrido em Natal. Contudo, quando constata o reaparecimento de uma fórmula arcaica, que era legal no século XII, mas esquecida na legislação; quando observa uma "reminiscência instintiva", permite-nos entrever uma *cristalização* ocorrida num processo de *longa duração*. Apesar de considerar o ocorrido como uma "misteriosa transmissão", Câmara Cascudo percebe ter havido um perfeito ajustamento psicológico entre a normativa do foral de Balneo em 1152 e a decisão do operário de Natal em 1951. Finalmente, constata que oitocentos anos não haviam envelhecido a justiça, a lógica, a utilidade da aplicação inusitada.

Com essas explicações, é possível compreender o *resíduo cultural cristalizado* n'O enterro da cachorra e no Castigo da Soberba, folhetos do repertório da literatura de cordel aproveitados na *Compadecida*, sendo os dois temas de "origem moura ou ibérica, com as raízes fincadas nesse mundo mítico mediterrâneo que é tanto peninsular

⁸³ CASCUDO, Luis da Câmara. *Tradição, Ciência do Povo*. São Paulo: Perspectiva, 1971, p. 179.

⁸⁴ *Op.cit.*

como árabe-negro, e, portanto, brasileiro e nordestino”, conforme palavras de Ariano Suassuna.⁸⁵

Na realidade, Suassuna não reconta as histórias originais. Na *Compadecida* há tão-somente uma contigüidade temática reelaborada, que equivale a dizer: *cristalizada*.

Resumindo, a *cristalização* é:

- a. A sedimentação de *resíduos culturais* de outras épocas em obras contemporâneas;
- b. O resultado de modificações contínuas das condições materiais;
- c. Um dos modos de compreender a memória coletiva;
- d. Tanto na Cristalografia quanto na Literatura, a *cristalização* é sempre resultante de um processo.

2.1.3 Mentalidade

“A história não estuda somente os fatos materiais e as instituições; o seu verdadeiro objeto é a alma humana; a história deve propor-se ao conhecimento daquilo em que essa alma acreditou, pensou e sentiu nas diversas idades da vida do gênero humano”.⁸⁶

O historiador francês Fustel de Coulanges (1830-1889), na Introdução de *La cité antique* (1864/2006), nos fala “de la nécessité d’étudier les plus vieilles croyances des anciens pour connaître leurs institutions”⁸⁷. Ensina-nos Coulanges:

⁸⁵ SUASSUNA, Ariano. “A Compadecida e o Romanceiro Nordestino”. In DIÉGUES JR. e outros. *Literatura popular em verso - Estudos*. Tomo I. Rio de Janeiro, MEC - Casa de Rui Barbosa, 1973, p. 163.

⁸⁶ COULANGES, Fustel de. *A cidade antiga*. Trad. Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2006, II Lv., IX Cap., 1º §, sem número de páginas.

⁸⁷ [“da necessidade de se estudar as mais velhas crenças dos antigos para conhecer suas instituições”]. COULANGES, Fustel de. “Introduction”. In: -----, *La cité antique*.

Heureusement, le passé ne meurt jamais complètement pour l'homme. L'homme peut bien l'oublier, mais il le garde toujours en lui. Car, tel qu'il est lui-même à chaque époque, il est le produit et le résumé de toutes les époques antérieures. S'il descend en son âme, il peut y retrouver et distinguer ces différentes époques d'après ce que chacune d'elles a laissé en lui. Observons les Grecs du temps de Périclès, les Romains du temps de Cicéron ; ils portent en eux-mêmes les marques authentiques et les vestiges certains des siècles les plus reculés. Le contemporain de Cicéron (je parle surtout de l'homme du peuple) a l'imagination pleine de légendes ; ces légendes lui viennent d'un temps très-antique et elles portent témoignage de la manière de penser de ce temps-là. Le contemporain de Cicéron se sert d'une langue dont les radicaux sont infiniment anciens ; cette langue, en exprimant les pensées des vieux âges, s'est modelée sur elles, et elle en a gardé l'empreinte qu'elle transmet de siècle en siècle. Le sens intime d'un radical peut quelquefois révéler une ancienne opinion ou un ancien usage ; les idées se sont transformées et les souvenirs se sont évanouis ; mais les mots sont restés, immuables témoins de croyances qui ont disparu. Le contemporain de Cicéron pratique des rites dans les sacrifices, dans les funérailles, dans la cérémonie du mariage ; ces rites sont plus vieux que lui, et ce qui le prouve, c'est qu'ils ne répondent plus aux croyances qu'il a. Mais qu'on regarde de près les rites qu'il observe ou les formules qu'il récite, et on y trouvera la marque de ce que les hommes croyaient quinze ou vingt siècles avant lui.⁸⁸

Essa citação de Fustel de Coulanges, bem explicativa de como se origina o *resíduo*, permitiu a Roberto Pontes cunhar a expressão *sedimentos mentais*. O sedimento, originando-se de um processo, é a “*substância que se depositou, sob a ação*

⁸⁸ Felizmente, o passado nunca morre por completo para o homem. O homem pode esquecê-lo, mas continua sempre a guardá-lo em seu íntimo, pois o seu estado em determinada época é produto e resumo de todas as épocas anteriores. Se ele descer à sua alma, poderá encontrar e distinguir nela as diferentes épocas pelo que cada uma deixou gravada em si mesmo. Observemos os gregos dos tempos de Péricles e os romanos dos tempos de Cícero: levam consigo marcas autênticas, e o vestígio indubitável de séculos mais remotos. O contemporâneo de Cícero – falo sobretudo do homem do povo – tem a imaginação cheia de lendas; essas lendas lhe vêm de tempos antigos, e são testemunhas de seu modo de pensar. O contemporâneo de Cícero serve-se de uma língua cujas raízes são extremamente antigas; essa língua, exprimindo o pensamento de épocas passadas, foi modelada de acordo com esse modo de pensar, guardando o cunho que o mesmo transmitiu de século para século. O sentido íntimo de uma raiz pode às vezes revelar uma antiga opinião ou um antigo costume; as idéias transformaram-se, e os costumes desapareceram, mas ficaram as palavras, imutáveis testemunhas de crenças desaparecidas. O contemporâneo de Cícero obedece a determinados ritos nos sacrifícios, nos funerais, nas cerimônias nupciais; esses ritos são mais antigos que ele, e a prova é que não correspondem mais às suas crenças. Mas, olhando de perto os ritos que observa e as fórmulas que recita, encontrar-se-ão vestígios do que os homens acreditavam quinze ou vinte séculos atrás. (Texto em português em: PONTES, Roberto. *Mentalidade e Residualidade na Lírica Camoniana*. In: SILVA, Odalice de Castro e LANDIM, Teoberto (Orgs.). *Escritos do cotidiano*. Fortaleza: 7 Sóis Editora, 2003, pp. 89-90. Texto em Francês no sítio da Université du Québec à Chicoutimi, Canadá, conforme acesso em 24/10/2007: http://classiques.ugac.ca/classiques/fustel_de_coulanges/cite_antique/cite_antique.html.

da gravidade, na água ou ao ar”⁸⁹. Fazendo um paralelo, o *sedimento mental*, produto e resumo de épocas anteriores, é o *resíduo* que se *cristalizou* no íntimo do homem pela ação de várias *hibridações culturais*, isto é, pela ação dos padrões culturais transmitidos entre povos no processo civilizatório. No entanto, o que nos interessa desta citação para o presente tópico, é a passagem que trata do modo de pensar de cada época, isto é, a *mentalidade*, à qual chegaremos ao decodificar as obras dos autores de cada período.

A decodificação⁹⁰ dos textos antigos nos permite compreender a *mentalidade* dos homens coetâneos ao autor, pois, mesmo que seus escritos aparentemente não se identifiquem com os dos escritores da mesma época, ele não deixa de expressar as *atitudes mentais* de seu tempo.

Antonio Candido corrobora a citação de Coulanges quando afirma: “Num texto literário há essencialmente um aspecto que é a *tradução* de sentido e outro que é a *tradução* do seu conteúdo humano, da mensagem através da qual um escritor se exprime, exprimindo uma visão do mundo e do homem”⁹¹.

A aproximação entre o crítico brasileiro e o historiador francês também é percebida na seguinte citação de Candido, ao fazer a distinção entre comentário e interpretação:

O comentário é tanto mais necessário quanto mais se afaste a poesia de nós, no tempo e na estrutura semântica. Um poema medieval necessita um trabalho prévio de elucidação filológica, que pode ser dispensado na poesia atual. Mas

⁸⁹ In: *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 1096.

⁹⁰ Os termos *decodificar* e *decodificação*, em vez de *decodificar* e *decodificação*, são utilizados por Roberto Pontes em respeito ao repertório de prefixos disponível na língua portuguesa.

⁹¹ CANDIDO, Antonio. *O estudo analítico do poema*. São Paulo: FFLCH/USP, 1987, p. 19, *apud* PONTES, Roberto. *Mentalidade e Residualidade na Lírica Camoniana*. In: SILVA, Odalice de Castro & LANDIM, Teoberto (Org.). *Escritos do cotidiano*. Fortaleza: 7 Sóis Editora, 2003, p. 92.

mesmo nesta há uma etapa inicial de ‘tradução’, gramatical, biográfica, estética etc., que facilita o trabalho final e decisivo da interpretação⁹².



Roberto Pontes trabalha a *mentalidade* tomando por base os estudos da *Nouvelle Histoire*, ou Nova História, desenvolvidos por Georges Duby e Jacques Le Goff, entre outros, na *École des Annales*, cujos fundadores foram Marc Bloch e Lucien Febvre.

A história das *mentalidades* é um campo investigativo delimitado a partir da formulação da idéia de “tempo longo” pelo grupo dos *Annales*. Assim justifica Duby: “Em primeiro lugar afirmávamos que o estudo da ‘longue durée’ desse sistema não deve de forma alguma ser isolado do estudo da materialidade, e era justamente para reforçar essa proposição primordial que nos prendíamos à palavra “*mentalidade*”.⁹³

No artigo intitulado *Reflexão sobre a história das mentalidades e a arte*, Georges Duby relembra os passos iniciais do que ele denominou de “história das mentalidades”. Esse artigo é deveras importante porque, além da história das *mentalidades*, traz dados sobre a *École* desde o seu surgimento. Assim, expõe o resultado de suas pesquisas sobre o uso do termo *mentalidade*, anterior à *École*:

- a) Proust (1871-1922) já usava o termo *mentalidade*: “Mentalité me plaît. Il y a comme cela des mots nouveaux qu’on lance” (“Mentalidade me agrada. É como essas palavras novas que surgem”);
- b) Por volta de 1920, Lucien Levy-Bruhl (1857-1936) escolheu *A mentalidade primitiva* como título de uma de suas obras;
- c) Em 1952, Gaston Bouthoul apresentou a seguinte definição para *mentalidade*: “Por trás de todas as diferenças e nuances individuais fica uma espécie de *resíduo*

⁹² CANDIDO, Antonio. “O estudo analítico do poema”. São Paulo: FFLCH/USP, 1987, p. 19, *apud* PONTES, Roberto. *Op.cit.*, p. 92.

⁹³ DUBY, Georges. “Reflexão sobre a história das mentalidades e a arte”. In: *Novos Estudos*. São Paulo: CEBRAP, n. 33, julho 1992, pp. 65-75. Trad. de Heloisa Jahn.

